

Revista

Ano XV - Nº. 85
set./out. - 2022

Poli



SAÚDE • TRABALHO • EDUCAÇÃO

Fechamento autorizado -
pode ser aberto pelos correios

DEMONSTRAÇÃO

ELEIÇÕES 2022

ULTIMO VOTO

BRANCO

CORRIGE

CONFIRMA

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) é uma unidade técnico-científica da Fiocruz que promove atividades de ensino, pesquisa e cooperação no campo da Educação Profissional em Saúde. A EPSJV oferece cursos técnicos de nível médio, de especialização e de qualificação nas áreas de Vigilância, Atenção, Informações e Registros, Gestão, Técnicas Laboratoriais, Manutenção de Equipamentos e Radiologia, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de um Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde.

A EPSJV coordena e desenvolve programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública e para Ciência e Tecnologia em Saúde; elabora propostas para subsidiar a definição de políticas para a educação profissional em saúde e para a iniciação científica em saúde; formula propostas de currículos, cursos, metodologias e materiais educacionais; e produz e divulga conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde. A Escola também é Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a Educação de Técnicos em Saúde e Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS).

www.epsjv.fiocruz.br

 EPSJVFiocruz

 @epsjv_Fiocruz

 @epsjvFiocruz

 epsjv/Fiocruz

 epsjv - Fiocruz

 +55 (21) 96473-6462* *Para receber as mensagens da lista do WhatsApp da EPSJV você precisa salvar esse número no seu telefone e enviar uma mensagem com seu nome completo.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
Av. Brasil, 4.365 – Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21040-360
Tel.: 21 3865-9797

Revista

Poli

SAÚDE • TRABALHO • EDUCAÇÃO

EXPEDIENTE

Ano XV - Nº 85 - set./out. - 2022

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde
ISSN 1983-909X

Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos

Talita Rodrigues

Editor

André Antunes

Repórteres

André Antunes

Juliana Passos

Projeto Gráfico

Maycon Gomes

Diagramação

José Luiz Fonseca Jr.

Marcelo Paixão

Maycon Gomes

Capa

Maycon Gomes

Maleta Direta e Distribuição

Valéria Melo

Assessoria de Imprensa e Portal EPSJV

Erika Farias

Mídias Sociais

Larissa Guedes

Comunicação Interna

Júlia Neves

Talita Rodrigues

Editora Assistente de Publicações

Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Tiragem

12.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

Imprimindo Conhecimento

Conselho Editorial

Alda Lacerda
Alexandre Moreno
Ana Reis
Anamária Corbo
Carolina Dantas
Cristiane Sendim
Edilene Pereira
Etelcia Molinaro

Ingrid D'avilla
Leticia Batista
Luana Freitas
Marcia V. Morosini
Monica Vieira
Paulea Zaquini
Raquel Moratori

SUMÁRIO

2

NOVO PROJETO GRÁFICO

Poli de cara nova

3

EDITORIAL

Regras dos debate eleitoral nas páginas da Poli

4

ELEIÇÕES 2022

4

Jair Bolsonaro

6

Leonardo Péricles

8

Luiz Inácio Lula da Silva

10

Pablo Marçal

12

Sofia Manzano

14

Vera Lúcia

16

Luiz Felipe D'avila

17

Soraya Thronicke

18

ENTREVISTA

Céli Pinto

'Uma democracia robusta precisa de alguma igualdade social'

23

O QUE É, O QUE FAZ?

TSE

Receba a Revista Poli e assine nosso boletim pelo site
www.epsjv.fiocruz.br

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Sala 306
Av. Brasil, 4.365 Manguinhos – Rio de Janeiro - RJ CEP.: 21040-360
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 – e-mail: comunicacao.epsjv@fiocruz.br



POLI

DE CARA NOVA

A edição de setembro/outubro de 2022 da Poli é especial não apenas por dar espaço a todas as candidaturas à presidência do país, mas também por apresentar o novo projeto gráfico da revista. Ele nasce com novas soluções gráficas e com evolução de outras. Alteramos a tipografia, o logotipo da revista ficou mais enxuto e as páginas ganharam uma margem maior para oferecer um descanso visual ao leitor e permitir espaço para destacar informações e dados centrais nas reportagens. Outra mudança ocorreu nas seções Panorama e Radar foram agrupados em uma seção única de Notas. E assim ganhamos mais páginas para as reportagens e entrevistas.

O novo projeto gráfico da Revista Poli é criação do designer Maycon Gomes, da Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos da EPSJV/Fiocruz. ●



REDESIGN DO LOGO

NOVA IDENTIDADE VISUAL

'Entrevista', 'Dicionário' e 'O que é, o que faz?' ganharam nova identidade visual mas mantêm as suas mesmas essências.

Diagramação mais dinâmica

ENTREVISTA



NOVAS TIPOGRAFIAS

DESTAQUE PARA DADOS

Uma novidade é a criação de um estilo de destaque para dados que são citados na matéria.

OLHO

O olho, frase destacada no meio do texto, foi atualizado com as tipografias vigentes no novo projeto gráfico



As eleições de 2022 nas páginas da Poli

Esse ano, 156 milhões de brasileiros e brasileiras estão aptos a votar nas eleições que acontecem nos dias 2 e 30 de outubro, respectivamente. Desde 2010 a Poli vem dedicando suas páginas à divulgação das propostas dos candidatos à Presidência nas áreas que compõem o universo temático da revista. No entendimento de que o debate político democrático integra a concepção de comunicação pública que orienta nossa produção jornalística, essa edição cumpre novamente essa função.

As eleições de 2022 acontecem em um cenário socioeconômico complexo e na saúde, na educação e no trabalho os desafios são muitos. A conjuntura orientou a formulação das seis perguntas que a Poli enviou aos candidatos à Presidência (veja no box ao lado). As 12 candidaturas inscritas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ao final do prazo para seu registro foram convidadas. Foi determinado um tamanho mínimo e máximo do texto. Respostas com até 5,5 mil caracteres com espaço ocuparam uma página da revista; os que escreveram até 11 mil caracteres tiveram seu texto diagramado em duas páginas. O critério de apresentação das respostas na revista foi a ordem alfabética a partir do nome do candidato. Foi informado, no entanto, que essa organização valia para as páginas duplas; os textos menores seriam encaixados na ordem

que permitisse melhor distribuição. Todos os textos receberam o mesmo padrão de diagramação: fotos (enviadas pelas campanhas) e identificação na mesma posição da página; tipo e tamanho de fonte iguais; textos corridos, sem negritos.

O objetivo foi garantir igualdade de condições para todos. Os contatos foram feitos pelo telefone e depois por email, todos na mesma data: 16 de agosto, um dia após o prazo final estabelecido pelo TSE para o registro das candidaturas. O prazo para o envio das respostas foi o dia 29 de agosto. Ao final do prazo, nove dos 12 candidatos responderam: Jair Bolsonaro (PL), Leonardo Péricles (UP), Luiz Felipe D'Ávila (Novo), Luis Inácio Lula da Silva (PT), Pablo Marçal (Pros), Roberto Jefferson (PTB), Sofia Manzano (PCB), Soraya Thronicke (União Brasil) e Vera Lúcia (PSTU). Jair Bolsonaro enviou um texto de propostas para a saúde, que foi publicado na íntegra como resposta a uma das perguntas. As demais perguntas não foram respondidas. Já o candidato Roberto Jefferson teve sua candidatura indeferida pelo TSE em julgamento realizado no dia 1º de setembro, data em que a revista foi para a gráfica, e por isso suas respostas não foram publicadas. Os candidatos Ciro Gomes (PDT), José Maria Eymael (DC) e Simone Tebet (MDB) não responderam. Todos os textos estão publicados na íntegra (sem edição), são de responsabilidade das campanhas e não refletem, necessariamente, as opiniões da revista. ●

VEJA AS PERGUNTAS ENVIADAS AOS CANDIDATOS

1 Emprego e renda

O Brasil tem uma das taxas de desemprego mais altas entre os países do G20 e a média salarial alcançou a menor taxa nos últimos dez anos. Quais serão as políticas do seu governo para gerar empregos? São previstas estratégias para criação de empregos?

2 Financiamento do SUS

Cálculos da Comissão Intersectorial de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (Cofin/CNS) informam que a redução do orçamento para a Saúde foi de R\$ 20 bilhões entre 2016 e 2019. O subfinanciamento histórico do Sistema Único de Saúde (SUS) se agravou com a pandemia do novo coronavírus, devido às demandas represadas e à Covid longa. Quais as suas propostas para fortalecer o SUS?

3 Pandemia de Covid-19

Apesar da eficiência da vacinação na redução do número de mortes, sucessivas ondas de Covid-19 mostram que a pandemia ainda não acabou. Na sua avaliação, qual o papel do governo federal no controle da pandemia? E quais as suas propostas para o combate à emergência sanitária e o amparo às vítimas?

4 Combate à fome

Relatório divulgado em julho de 2022 pela ONU coloca o Brasil de volta ao "Mapa da Fome". Considerando as diferenças desse cenário na cidade, no campo e nos territórios de populações vulnerabilizadas, como indígenas e quilombolas, como seu governo pretende combater a insegurança alimentar?

5 Educação Profissional

O Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência até 2024, estipula que 25% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ensino fundamental e médio sejam ofertadas na modalidade integrada à educação profissional e que as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio sejam triplicadas, com pelo menos 50% de expansão no setor público. O programa de seu governo possui ações voltadas para atingir as metas relativas à educação profissional do PNE? Quais são essas ações?

6 Educação Básica

Quais as propostas da sua candidatura para garantir o apoio do governo federal à oferta de educação básica pelos estados e municípios, principalmente tendo em vista o cenário de retorno das atividades presenciais depois do fechamento das escolas provocado pela pandemia, bem como os desafios trazidos pela necessidade de cumprimento do cronograma de implementação da Reforma do Ensino Médio?

DIVULGAÇÃO



JAIR BOLSONARO *Partido Liberal (PL)*

Vice-presidente:
Walter Braga Netto (PL)

Coligação: "Pelo Bem do Brasil"
(PP/Republicanos/PL)

Financiamento do SUS

A problemática da saúde é extremamente complexa e, com inúmeras variáveis intervenientes, é recorrente às campanhas políticas em todas as partes do mundo e em todas as épocas. No Brasil não é diferente e cresce de importância quando se leva em conta a imensidão territorial e os aspectos socioeconômicos diversos que caracterizam nossa nação. Sem saúde não há como uma população prosperar.

O Sistema Único de Saúde (SUS) está entre os maiores programas de saúde pública do mundo. Dentre seus fatores críticos de sucesso, inclusive evidenciados durante o enfrentamento à pandemia de Covid-19, está a gestão tripartite, quando União, Estados, Distrito Federal e Municípios, segundo o previsto na Constituição Federal e na Lei nº 8080/1990, atuaram de forma coordenada e integrada, tanto na Rede de Vigilância em Saúde, como no Programa Nacional de Imunizações (PNI) e na Rede de Atenção à Saúde com a regionalização e o sistema de regulação.

Os investimentos na Saúde deixaram um grande legado em toda a sua estrutura (como capacitação de recursos humanos; aumento no número de Centros de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde - CIEVS -; aprimoramento e modernização dos Laboratórios Centrais - LACEN - dos estados; aumento do número de leitos ativos de unidades de terapia intensiva - UTI -; aumento e aperfeiçoamento da estrutura da saúde indígena; implementação do Programa Médicos pelo Brasil, gerenciado pela Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde - ADAPS -; e transferência tecnológica e produção nacional de vacina contra a Covid-19 pela Fiocruz), que deverá ser mantido e ampliado.

Não se trata de quanto gastar, mas de como gastar com a maior eficiência os recursos públicos, dentro de políticas públicas eficientes e sustentáveis, atuando nas causas e não nas consequências, pactuando com os estados, Distrito Federal e municípios, dentro de uma gestão tripartite, conforme previsto na lei, permitindo que a saúde pública siga os princípios da universalidade, equidade e integralidade, com intersetorialidade, direito à informação, esclarecimento médico e autonomia do cidadão, regionalização e hierarquização, resolutividade e base epidemiológica eficientes.

Além do aumento da eficiência nos investimentos com recursos públicos, das ações de combate à corrupção e com as reformas estruturantes e a desestatização, o Governo Federal poderá au-

mentar a parcela do orçamento destinada à saúde pública, incentivando os estados, Distrito Federal e municípios a fazerem o mesmo. Não há que se falar em subfinanciamento do SUS pelo Governo Federal e este aumentar seu percentual de investimento em relação ao orçamento público e melhorar a eficiência na qualidade dos gastos públicos e em consequência da prestação dos serviços ao cidadão, se os estados, Distrito Federal e municípios não adotarem o mesmo procedimento.

É importante destacar a necessidade de continuar adequando e fortalecendo os serviços de saúde para atendimento às demandas decorrentes do represamento de procedimentos de média e alta complexidade (tratamentos e cirurgias) em virtude da pandemia de Covid-19 e às novas demandas do envelhecimento populacional de forma integrada com outras ações e outros serviços públicos, com ênfase na promoção do envelhecimento saudável e do aumento da autonomia das pessoas idosas, observando os vínculos intergeracionais.

Outra ação que está intrinsecamente ligada à saúde é a promoção e ampliação da oferta do saneamento básico. O tema saneamento foi uma das prioridades do nosso governo e continuará sendo no próximo mandato. É uma área complexa, pois envolve serviços de distribuição de água tratada; coleta e tratamento de esgoto; limpeza urbana e manejo apropriado de resíduos sólidos (lixo); e drenagem de águas pluviais (chuva). Além disso, tem grande impacto na saúde pública e gastos decorrentes.

Uma das ações realizadas do nosso governo foi a sanção do novo Marco Legal do Saneamento, uma política pública com uma estratégia revolucionária,

diferente daquelas de governos anteriores, que priorizavam os investimentos no setor por meio das empresas estatais e a consequente necessidade de aumento da tributação para implementar as ações. A Lei nº 14.026/2020 engloba uma série de regulamentações com o objetivo de aprimorar as condições de saneamento básico no Brasil (direito básico, assegurado na Constituição Federal de 1988), dispondo sobre políticas nas áreas de coleta e reciclagem de lixo e limpeza urbana e estabelecendo novas metas para universalização do acesso aos serviços de saneamento até 31 de dezembro de 2033: 90% da população com acesso à coleta e tratamento de esgoto (53,2% em 2018); 99% da população com acesso à água tratada (83,6% em 2018).

Além dessas ações, o Governo Federal editou o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), que prevê acabar com os lixões e aterros controlados nos próximos dois anos, política que prevê, inclusive, o reaproveitamento de 48% dos resíduos até 2040.

Essas ações são fundamentais para preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade do bem-estar da população, mitigando a pressão sobre o sistema de saúde do país. Além disso, estudos mostram que serviços de água e esgoto são responsáveis por mudanças na qualidade de vida e na dignidade das pessoas, mostrando que R\$ 1,00 investido no saneamento proporciona R\$ 29,19 em benefícios sociais aos brasileiros – mais saúde, mais qualidade de vida e melhores condições socioeconômicas. Com relação apenas à saúde, cada R\$ 1,00 investido em saneamento básico gera uma economia de R\$ 4,00 em saúde.

O Governo prevê a ampliação dessa oferta de saneamento básico para a população, buscando metas ousadas que propiciem maior bem-estar, diminuição do índice de doenças provocadas pela falta desse importante serviço, como diarreia, e diminuição da pressão sobre o SUS, que propiciará que os recursos economizados possam ser direcionados para outras áreas importantes da saúde pública.

Nosso governo entendeu e priorizou as ações de saneamento, o que é demonstrado pela ampliação do orçamento da Funasa [Fundação Nacional de Saúde] para o saneamento em municípios até 50.000 habitantes, de 523 milhões de reais em 2021, para 659 milhões de reais em 2022 e previsão de 695,9 milhões de reais em 2023, montante que deverá continuar crescendo no governo reeleito, acelerando o atingimento das metas previstas no marco do saneamento e aumentando a cobertura de municípios com saneamento básico e abastecimento de água potável.

A área de saúde é muito importante e complexa, sendo direito fundamental de todos os cidadãos. A evolução tecnológica tem provocado um aumento dos custos e pode requerer maiores investimentos, que devem ser divididos entre a União, os Estados e os Municípios (de acordo com a Lei Complementar nº 141/2012, os valores mínimos a serem investidos na saúde são: União – o valor do ano anterior somado da variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB); Estados e do Distrito Federal – 12% de sua receita; e Municípios – 15% da receita).

Também como destacado no Plano de Governo, deve-se focar na eficiência e na qualidade dos gastos públicos, para melhorar sua efetividade na prestação de serviços ao cidadão nas diversas

áreas, como é o caso da Saúde. Dentre essas ações está o fortalecimento da Atenção Primária de Saúde em programas como o Saúde da Família e no incentivo à atividade física. A promoção da segurança alimentar e da alimentação saudável também fazem parte dessas ações em benefício da saúde.

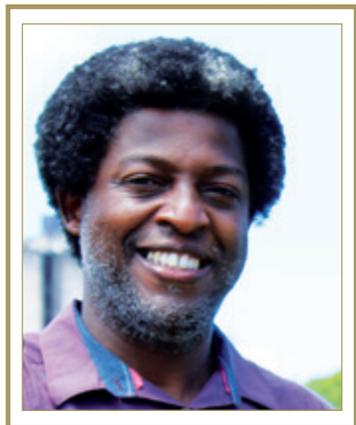
O Governo Federal não pretende tabelar os custos de insumos, equipamentos nem serviços. Ao focar e destinar mais recursos e aumentar a eficiência e a qualidade do emprego dos recursos públicos na gestão da saúde, não significa que o Governo irá necessariamente reduzir os gastos públicos em outras áreas, mas que aumentará a eficiência na sua aplicação, focalizando os esforços do Estado brasileiro naquilo que é mais importante!

Como forma de valorização dos profissionais de saúde, dentre outras ações, foi editada a Portaria Interministerial (MS e MEC) nº 9, de 13 de outubro de 2021, alterando o valor mínimo da bolsa assegurada aos médicos-residentes e aos residentes em área profissional da saúde, e foi sancionada a Lei nº 14.434/2022, estabelecendo um novo piso salarial para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

Como expresso no Plano de Governo 2023-2026, o governo continuará buscando desonerar o contribuinte e a cadeia produtiva, com uma política de redução, simplificação e eliminação de tributos. Subsidiariamente, isso também possibilita a redução do custo de insumos, equipamentos e serviços destinados à saúde pública, assim como o crescimento e o aumento da oferta e da qualidade e a redução dos custos da saúde suplementar. ●

*A campanha do candidato não respondeu às demais perguntas enviadas pela Poli.

RAFAEL FREIRE



LEONARDO PÉRICLES *Unidade Popular (UP)*

Vice-presidente:
Samara Martins da Silva (UP)

Não há coligação

Emprego e renda

Defendemos como primeira medida para combater o desemprego no Brasil a redução da jornada de trabalho, sem redução de salário. A redução de jornada traria impactos positivos para toda a sociedade, como mais qualidade de vida para os trabalhadores, além ampliar a produtividade do trabalho, o acesso ao emprego e à renda. Com jornadas menores, quem trabalha vai ter mais tempo para lazer, para os estudos, para a vida pessoal, enfim, vai aproveitar melhor o tempo, e vários problemas relacionados à saúde do trabalho também diminuirão. Pelos cálculos do Dieese [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos], a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais teria o impacto potencial de gerar pelo menos dois milhões de novos postos de trabalho no país.

Outra medida do nosso governo será revogar a Reforma Trabalhista e todas as medidas contra os trabalhadores aprovadas durante os governos Temer/Bolsonaro, além de reverter o desmonte da Petrobras, reestatizar as refinarias e gasodutos privatizados e terminar as obras paralisadas pela Lava Jato. O mesmo vale para a Eletrobras e para todas as empresas estatais privatizadas nos anos 1990.

Por fim, vamos promover uma profunda e verdadeira reforma agrária e urbana, com o assentamento de todas as famílias sem-terra existentes no Brasil e a construção e/ou reforma de 10 milhões de moradias para zerar o déficit habitacional brasileiro.

Financiamento do SUS

A primeira medida que defendemos é o cancelamento do chamado 'Teto de Gastos' e a suspensão do pagamento e devida

auditoria da Dívida Pública, que sufocam o financiamento público das áreas sociais. Vamos atender à histórica luta pelos 10% do PIB [Produto Interno Bruto] para o SUS, acabar com a privatização da saúde e fortalecer principalmente a atenção básica. Quando priorizamos a promoção da saúde e prevenção de doenças, ações prioritárias da atenção básica à saúde, nós reduzimos inclusive a necessidade da média e alta complexidade, que são mais onerosas aos cofres públicos.

Desde que foi criado, pela Constituição Federal de 1988, o SUS vem sendo obrigado a competir com um enorme e protegido setor de saúde privado. É o único sistema público de saúde do mundo obrigado a competir em condições desiguais, uma vez que o setor privado goza da maior isenção fiscal existente no país (empresas e pessoas físicas podem deduzir do que devem ao imposto de renda 100% do que gastam com a saúde privada).

Precisamos pensar em um modelo nacional de financiamento da Saúde semelhante ao Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica] na Educação, que conta com um fundo específico para fortalecer a educação básica dos estados e municípios, que garanta uma melhor distribuição dos recursos conforme as necessidades locais.

Pandemia de Covid-19

O controle da pandemia aqui foi muito mais difícil primeiro pelo negacionismo, segundo pela falta de políticas públicas assistenciais à população. Muitas pessoas não respeitaram as restrições de circulação no auge da pandemia, por exemplo, porque não tinham como deixar de trabalhar ou morreriam de fome.

O governo precisa garantir renda, emprego, direitos traba-

lhistas e saúde pública para a população. Garantir o fortalecimento dos hospitais públicos, abertura de novos leitos equipados para receber pacientes graves, leitos de UTI [Unidade de Terapia Intensiva] adulto e pediátrico, garantir acesso a equipamentos de proteção e higiene a preços populares para toda a população, como máscaras e álcool gel, educação em saúde para que as pessoas saibam como se protegerem da disseminação dos vírus.

É fundamental também investir cada vez mais na ciência e tecnologia. Fiocruz e Butantã foram essenciais na corrida pela vacina. Com mais investimento, podemos fazer muito mais e muito mais rápido, para termos medicações e vacinas em tempo recorde e acessíveis a todo nosso povo em crises sanitárias como a da Covid.

Combate à fome

Os três anos e meio de Bolsonaro na Presidência tornaram a vida da maioria do povo um inferno. Com o ex-capitão, o desemprego aumentou, os preços subiram e a fome ganhou uma proporção que há 30 anos não se via. Graças à incompetência e à corrupção de seu governo e à prioridade que ele dá para enriquecer gerais, banqueiros e os deputados do Centrão, mais da metade da população vive na incerteza diária se conseguirá fazer uma refeição.

Bolsonaro põe a culpa na pandemia, mas a verdade é que o aumento da fome vem de antes de 2020 e foi agravado pelo negacionismo e pelo desprezo do presidente com a vida humana. É justo que uma pessoa passe a vida inteira trabalhando para, quando chegar na velhice, passar por esse sofrimento? É justo que crianças, no lugar de estarem na escola ou brincando, tenham que se prostituir para ter

o que comer? Que tipo de pátria é essa que humilha seus filhos e os mata de fome?

Contra a fome, defendemos uma reforma agrária que distribua as terras e garanta comida de qualidade na mesa de todos os brasileiros, o incentivo à agricultura familiar, o controle dos preços dos produtos de primeira necessidade e a criação de estoques públicos de alimentos, além do fortalecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Também é preciso aumentar os impostos sobre as exportações e impedir que o agronegócio continue mandando para fora do país a maior parte da produção nacional de alimentos enquanto o povo brasileiro passa fome.

Educação Profissional

Mais uma vez, é preciso acabar com o Teto de Gastos, suspender o pagamento e auditar a Dívida Pública para garantir os recursos necessários ao fortalecimento da Educação Pública no Brasil. Somos contra a política de reestruturação dos Institutos Federais (IFs), que na verdade é o fechamento de várias dessas escolas técnicas. O governo da Unidade Popular não cortará um centavo sequer da Educação brasileira.

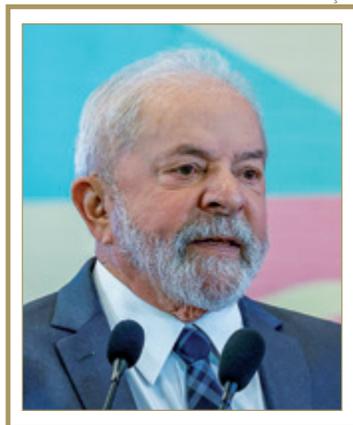
Achamos que é fundamental ampliar a oferta de vagas nos IFs e demais escolas técnicas profissionalizantes e dar condições de permanência para os estudantes, como bolsas de estudo, construção de refeitórios e alojamentos etc., além de valorização profissional dos trabalhadores em Educação, sempre dialogando e construindo junto com os sindicatos e representações da comunidade acadêmica.

Educação Básica

Insisto que é preciso acabar com o Teto de Gastos, suspender o pagamento e auditar a Dívida Pública para garantir os recursos necessários ao fortalecimento da Educação Pública no Brasil. No lugar de destinar todos os anos cerca de 50% do orçamento público para o pagamento de juros e amortizações da dívida aos bancos, vamos investir todo esse recurso em saúde, educação, moradia, geração de emprego, cultura, esporte e ciência & tecnologia. Vamos tirar o Brasil da condição de país dependente do capital financeiro e iniciar a verdadeira independência de nosso país, com 200 anos de atraso.

Para apoiar estados e municípios na oferta de educação básica, acreditamos ser necessário rever a dívida com a União e suspender a política de superávit primário, que limitam o poder de investimento do poder público e são, na verdade, um mecanismo do sistema da dívida criado pelos bancos para garantir que grande parte do orçamento público vá para o pagamento de juros de uma dívida imoral, ilegal e injusta. ●

DIVULGAÇÃO



LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA *Partido dos Trabalhadores (PT)*

Vice-presidente:
Geraldo Alckmin (PSB)

Coligação: Brasil Esperança –
Federação Brasil da Esperança –
(PT / PC do B/ PV), Federação
PSOL REDE (PSOL/REDE), PSB,
AGIR, AVANTE e Solidariedade

Emprego e Renda

O modelo de desenvolvimento que propomos requer recuperar a ação do Estado como indutor e coordenador de políticas públicas de emprego, trabalho e renda, fortalecendo e ampliando a abrangência de atuação das instituições do mundo do trabalho.

Para enfrentar o desemprego estrutural, o novo governo Lula atuará na regulação do mercado de trabalho, promovendo geração de trabalho decente e buscando a ampliação da renda dos trabalhadores. A partir de um amplo debate e negociação tripartite vamos propor uma nova legislação trabalhista, para construir um novo marco legal que assegure e restaure direitos e garantias dos trabalhadores, independentemente da natureza de suas ocupações.

Daremos atenção especial aos autônomos, aos que trabalham por conta própria, trabalhadoras domésticas, teletrabalho, e trabalhadores em home office e mediados por aplicativos e plataformas.

A política de valorização do salário-mínimo será retomada de forma permanente e assegurará o aumento do valor real, visando à recuperação do poder de compra da população trabalhadora e beneficiária das políticas previdenciárias e assistenciais, essencial para dinamizar a economia, em especial dos pequenos municípios.

Reativaremos as principais frentes de expansão da economia brasileira: o mercado interno de produção e consumo em massa; o gasto social e o investimento público; os investimentos em infraestruturas econômicas, urbanas e sociais; além do uso ambientalmente sustentável de recursos naturais estratégicos com inovações industriais e proteção dos bens de uso comum.

Os gastos sociais desempenharão um papel crucial na retomada do crescimento e do emprego, combinando os benefícios para as populações mais necessitadas com a transformação produtiva da estrutura produtiva brasileira, induzindo o surgimento de novos setores, incorporando tecnologia e fortalecendo atividades que produzam inovação.

Asseguraremos ainda a retomada imediata dos investimentos para fortalecer a geração de empregos. Será absolutamente necessário termos um programa de investimentos públicos em parceria com o setor privado para reerguer a economia e gerar empregos e renda para a população.

No curto prazo, será urgente retomar as obras públicas paralisadas e acelerar as que estão em ritmo lento. No médio e longo prazo, a seleção dos projetos de infraestrutura deverá levar em conta a manutenção e ampliação da infraestrutura existente, e terá em vista o enfrentamento das desigualdades regionais e sociais, assim como as transições ecológica e energética.

Vamos socorrer as pequenas e médias empresas, responsáveis pela maior parte dos empregos no país, por meio da retomada do crédito, renegociação

das dívidas e direcionamento do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social]. A política de crédito para as pequenas empresas abrangerá também o microcrédito, incluindo pequenos negócios urbanos, a economia solidária e a economia da sociobiodiversidade.

Por fim, iremos pavimentar o caminho para reverter a desindustrialização, viabilizar a atualização tecnológica do nosso parque industrial e aumentar a produtividade da nossa economia. A política industrial deve mobilizar os recursos e a grande capacidade empreendedora da indústria nacional, das micro e pequenas empresas familiares até os grandes conglomerados industriais, nacionais e estrangeiros, que produzem e criam riqueza e empregos no país.

Financiamento do SUS

A garantia da saúde como direito universal e responsabilidade do Estado exige mais investimento. Para isso, vamos melhorar o padrão de financiamento do SUS, buscando regras mais estáveis para definição do mínimo federal, na perspectiva de elevar o gasto público em saúde.

Será necessário um aporte emergencial para fazer jus às demandas reprimidas em função da pandemia, que precisará ser negociado com o Congresso, ainda no período de transição. Ao longo de 2023, o teto de gasto deverá ser revisto com definições de novas regras.

É importante, também, buscar novas receitas, como a taxa mais rigorosa sobre produtos maléficos à saúde, como ocorre com o cigarro.

Ademais, gastar de maneira mais eficaz. Para isso, devemos mudar a lógica atual de remuneração do SUS, que ainda se baseia fundamentalmente em pagamento por procedimentos médico. Temos como desafio um novo modelo que dê prioridade a objetivos definidos conforme o perfil socioepidemiológico e as reais necessidades de saúde da população, em cada região ou município.

É necessário ampliar e fortalecer a Atenção Básica, a partir da Estratégia Saúde da Família. Vamos reorganizar os Núcleos de Atenção à Saúde da Família com acolhimento humanizado e realizado por equipe multiprofissional. A organização da rede de Atenção Especializada e de Atenção às Urgências será priorizada para fazer frente às demandas represadas. Vamos intensificar a utilização da telessaúde para garantir e agilizar o acesso aos cuidados em saúde.

Pandemia de Covid-19

O governo federal tem o papel constitucional de coordenar as ações de prevenção e controle da pandemia. Além disso, deve articular e cooperar com os demais entes da federação para que a resposta seja integrada, eficiente e eficaz. Isso requer a adoção de medidas sanitárias baseadas em evidências científicas e sintonizadas com as orientações da OMS [Organização Mundial da Saúde] e da OPAS [Organização Pan-Americana da Saúde].

Vamos retomar a gestão interfederativa do SUS, cooperativa e solidária, e desencadear um grande esforço para mobilizar toda a sociedade para adesão em massa ao processo de vacinação, para alcançar a meta de cobertura vacinal superior a 95%, em todas as faixas etárias, com esquema completo.

Ao mesmo tempo, vamos capacitar e fortalecer as equipes de saúde multiprofissionais, organizar os serviços do SUS e incentivar estudos e pesquisas para garantir às pessoas com complicações e sequelas da Covid o cuidado adequado, inclusive o acompanhamento a pacientes e familiares.

Outra ação será reorganizar o sistema de informações em saúde para que possa orientar o conjunto de ações, de forma confiável e transparente.

Vamos investir em pesquisas e na produção nacional de vacinas e insumos para garantir atendimento de forma oportuna e adequada, inclusive para oferecer, sempre que necessário, vacinas atualizadas contra novas variantes.

Vamos fortalecer as ações de vigilância, alerta e resposta às emergências em Saúde Pública, em parceria e articulação com as demais esferas de governo, universidades e institutos de pesquisa e laboratórios públicos. Em respeito à memória das mais de 682 mil vítimas de Covid-19, estaremos preparados para as próximas emergências sanitárias.

Combate à fome

A volta do Brasil ao Mapa da Fome não se deu em decorrência da pandemia. Em 2018, dados do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] sobre já mostravam o crescimento do quadro de insegurança alimentar (IA). O aumento da pobreza e da fome se deve especialmente ao desmonte do conjunto das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN) e de emprego que foram responsáveis pela saída do mapa da Fome.

A primeira coisa a fazer é retomar essas políticas: 1) Dar prioridade ao combate à fome, destinando recursos a altura do desafio e reconstruindo junto com estados e municípios as ações de SAN; 2) recuperar a renda para a população, até porque o Brasil produz e tem capacidade de produção de alimentos suficientes para alimentar nosso povo mas o povo não tem renda suficiente para acessar esses alimentos. 3) A reconstrução de um programa amplo e eficiente de transferência de renda, nos moldes do Bolsa Família, mas fortalecido para dar conta dos atuais níveis de pobreza; 4) Fortalecer e ampliar o PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar, levando comida de qualidade para os nossos estudantes da rede pública; 5) Fortalecer muito a produção de alimentos para o mercado interno, recuperando a área plantada de arroz, feijão, frutas, verduras etc.

Nossa prioridade será garantir renda e políticas públicas. A população vulnerável e sujeita à fome chega a mais de 33 milhões. A maioria de mulheres e negras

chefes de família. Povos e comunidades indígenas e quilombolas vivem uma situação ainda mais severa, e devem ter acesso a políticas diferenciadas. O Programa de Aquisição de Alimentos voltará a ter cotas específicas para povos e comunidades tradicionais.

A fome e a pobreza são fenômenos complexos, que devem ser enfrentados com estratégia multidimensional que garanta direitos e medidas estruturais transformadoras.

Educação Profissional

Temos muito orgulho do Plano Nacional de Educação 2014/2024, aprovado por unanimidade pelo Congresso, após ampla participação popular e sancionado sem vetos pela presidenta Dilma. O golpe de 2016 interditiu uma trajetória virtuosa iniciada em 2003, ainda na vigência do PNE anterior.

Em 2007, instituímos o Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação] – em que o aporte complementar federal se ampliou até o ensino médio, com valores maiores para o ensino técnico. Desde 2013, o ensino médio técnico profissional cresceu exclusivamente nas redes públicas – cerca de 40 mil novas matrículas ao ano. Seriam necessárias 296 mil novas matrículas/ano para cumprir a meta.

Retomar a pactuação com os estados, com os serviços de aprendizagem, os institutos e centros de formação profissional, articulados ao desenvolvimento territorial inclusivo, às políticas de emprego, renda, inovação e tecnologia social será imperativo. Além disso, recuperar a tarefa institucional do MEC [Ministério da Educação] de coordenador da educação nacional, capaz, também, de promover as ações intersetoriais com as áreas de desenvolvimento social e territorial, emprego e renda, juventudes, ciência e tecnologia, entre outros. Necessariamente, a imediata reversão das graves restrições orçamen-

tárias na expansão da rede federal, da assistência estudantil, do enfrentamento à pobreza e ao desemprego mais agudo incidentes sobre essa mesma parcela da população estarão articulados na mesma direção.

Educação Básica

O incremento dos aportes federais ao Fundeb, a retomada do fundo do pré-sal, a aplicação de recursos do Fust [Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações] para universalizar o acesso de banda larga e o avanço radical na oferta de escolas de tempo integral, associados a um amplo programa de recuperação das aprendizagens, estão no horizonte.

A implementação da reforma está permeada por fatores setoriais associados a fatores estruturais. Há uma descoordenação no âmbito nacional. A constituição urgente de instância de pactuação com os estados é indispensável para: organizar um diagnóstico, identificar os fatores de agravamento das desigualdades, as estratégias de recuperação do período de isolamento sanitário, o apoio estudantil, a busca ativa, a formação continuada de professores, as ações coordenadas com a assistência social e a saúde de modo a moldar a ação coordenadora e de assistência técnica e financeira da União referenciada na legislação.

Os efeitos recentes na queda da arrecadação dos estados e municípios terão de ser aferidos e resolvidos fora da curva provocada pelo estado de emergência, claramente eleitoral, que marcou este segundo semestre, desarranjando a base tributária do ICMS [Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação] bem além da redução do consumo popular. Não se fará sem um amplo acordo nacional com governadores e prefeitos em favor da garantia de direitos universais do povo brasileiro. ●

BEN E CAROL NOEL



PABLO MARÇAL *Partido Republicano da Ordem Social (PROS)*

Vice-presidente:
Fátima Pérola Neggra
(Pros)

Não há coligação

Emprego e renda

Obviamente que a questão da criação de empregos não é uma tarefa simples e por isso exige um conjunto de ações que resultem em um ambiente econômico favorável. Precisamos combater não apenas o desemprego gerando postos de trabalho, mas principalmente o medo que ele gera sobre a população e sobre os empresários, porque a falta de esperança diminui tanto a produtividade quanto os investimentos, criando uma espiral negativa e depreciando ainda mais a economia. Essa questão influencia diretamente a qualidade de vida dos brasileiros, por isso a situação do país com desemprego de dois dígitos, exigiu de nós atenção total na construção do plano de governo para delinear soluções transversais, fazendo com que todas as ações e programas do plano tivessem potencial para gerar milhões de empregos.

Cada ação foi pensada para, de alguma forma, contribuir para isso, como o “40 anos em 4”, que é uma filosofia e não um programa. Um dos maiores problemas do desemprego é a falta de qualificação da mão de obra, que não se resolve no curto prazo, por isso vamos priorizar investimentos em obras de infraestrutura que irão refletir em empregos imediatos até que a economia esteja ativada e os programas de qualificação profissional comecem a surtir resultado no médio prazo. A infraestrutura reformada permitirá a ampliação da produção industrial e do agronegócio e favorecerá a criação de novas empresas, induzindo a criação de postos de trabalho no médio prazo.

O Ministério da Empresarização será o responsável por viabilizar cerca de 10 milhões de empresas até 2026, com potencial para gerar 50 milhões de empregos. A virtualização terá efeito positivo na qualificação das pessoas gerando oportunidades de negócios e novas empresas e, por consequência, mais empregos. Outro ponto de alto impacto na geração de postos de trabalho é o fomento ao turismo, resgatando a imagem internacional do país. Áreas com potencial elevado para o lazer e entretenimento serão priorizadas para receberem multimodais de transporte e infraestrutura, viabilizando super polos turísticos e desenvolvimento regional fora dos grandes centros.

Financiamento do SUS

Temos que partir de duas premissas básicas. Evitar desperdícios e combater a corrupção. Embora o tema tenha poucos números disponíveis, estima-se que perdemos 20% do orçamento da saúde apenas pela má gestão dos recursos e outros 3% com desvios e corrupção. Você ima-

gina o que é aumentar em quase 25% os recursos da saúde simplesmente gastando e fiscalizando melhor? O orçamento da saúde é de R\$ 680 bilhões de reais, ou seja, injetaríamos R\$ 170 bilhões apenas cuidando melhor da coisa pública. Por isso a corrupção e o desperdício são o verdadeiro câncer da saúde brasileira. Quantas pessoas morrem nas filas esperando por procedimentos e cirurgias? O Estado não pode economizar em tecnologia da informação para evitar a má gestão e acredito que inteligência artificial ajudaria muito tanto a pasta da saúde quanto os órgãos de polícia na detecção dessas fraudes que matam milhares de brasileiros na fila de espera por atendimento.

A virtualização ajudará na diminuição de custos ligados à saúde permitindo não apenas mais eficiência no atendimento cotidiano dos postos de saúde e hospitais, mas também a ampliação da oferta de atendimento médico em si, que poderá ser feito on-line em diversos casos. Com parcerias público privadas mais eficientes teremos hospitais e postos de atendimento melhor administrados e prestando melhores serviços à população.

Apenas com mais eficiência e diminuição da corrupção e desperdícios já impactamos o orçamento, mas além disso, vamos mudar o conceito para investir pesado no Ministério da Saúde e não no da doença. Temos que separar as políticas públicas de tratamento e remediação das políticas de prevenção, criando de fato o Ministério da Saúde e da Promoção do Bem-estar, promovendo saúde e hábitos realmente saudáveis.

Pandemia de Covid-19

O papel do governo federal é extremamente importante no enfrentamento de questões sanitárias, não apenas na distribuição de recursos e orçamento, mas principalmente na definição técnica das políticas públicas respaldado na expertise da Anvisa e do conhecimento científico acumulado até aqui. Temos que modelar os países que se saíram melhor na pandemia e que estão tendo êxito nas políticas de enfrentamento das ondas e variantes da Covid-19 e, ao mesmo tempo, despolitizar o tema, para focarmos apenas na questão técnica. Além disso, é necessário liberar recursos para comprar oxigênio, respiradores, equipamentos, remédios e coibir a corrupção de maneira incansável para garantir que os recursos alcancem os objetivos. Quem se antecipa governa, é preciso estar preparado para a contingência, com leitos sobrando sempre.

Órgãos do Ministério da Saúde como a Anvisa terão total autonomia para buscar as soluções cientificamente aceitáveis para combater o problema e precisam ser blindados do poder político para não contaminar discussões que deveriam ser técnicas e nunca ideológicas.

Combate à fome

É curioso como um país que alimenta 1,5 bilhões de pessoas no mundo tenha 33 milhões de famintos em sua própria população. Entendo que os programas sociais têm papel importante na redução da fome e, mesmo entendendo que os programas sociais têm que ter entrada e saída, há uma parcela da população vulnerável que precisará ser assistida permanentemente, por isso ninguém será excluído dos programas. Com a ativação da economia teremos impacto direto nos números da fome na medida em que o desemprego for recuando.

Utilizando os programas de qualificação para o trabalho como o “Sementes para governar”, iremos resgatar e promover uma parte desse grupo vulnerável que irá se recolocar no mercado de trabalho alcançando renda per capita superior aos patamares atuais.

Outra providência que adotaremos é a redução ou mesmo isenção de impostos da cesta básica, beneficiando diretamente as populações mais vulneráveis para aumentar o poder aquisitivo da cesta de alimentos.

Nenhum brasileiro será esquecido ou deixado pelo caminho, manteremos todo suporte aos brasileiros mais vulneráveis sem perder de vista que o que realmente combate a fome é o crescimento. Por isso todas as ações do governo levam em consideração o trinômio V.E.M, virtualização, empresarização e a mudança de mentalidade.

Educação Profissional

Meu plano de governo contempla uma verdadeira revolução da educação nesse sentido profissionalizante, lançando um olhar integral na educação orientada ao desenvolvimento humano e profissional, prevendo sua aplicação em todas as fases do desenvolvimento, e não apenas a preparação para o vestibular ou o Enem. A educação como um pilar da sociedade precisa ser reformulada para suportar a empresarização e a demanda por empregos mais qualificados. Incluímos o trinômio V.E.M, virtualização, empresarização e mudança de mentalidade como supedâneo para o crescimento. Na medida em que avançarmos na ativação da economia, a demanda por mão de obra qualificada aumentará e acentuará a necessidade de novos profissionais, alinhados com as profissões do futuro e com as novas tecnologias de mercado, como uma mentalidade ativada para sermos altamente produtivos e governantes.

Se não tivermos a ousadia de ultrapassar as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) até 2026, colocaremos em risco a retomada do crescimento e o reposicionamento do Brasil no cenário global. O

Brasil se tornará a maior potência mundial nos próximos 12 anos impulsionado pela revolução no ensino dando suporte à empresarização e a virtualização.

Incluímos no plano o conceito V.E.T (vocação, educação e treinamento) que será incorporado na educação para direção e estímulo às multi-habilidades, às formas de monetização como treinamento para o empreendedorismo e relacionamentos interpessoais, usando o ensino como forma de autoafirmação e inclusão social. Neste sentido, a formação integral na educação privilegia a preparação do aluno para a vida, em sua totalidade, estabelecendo conexão entre a Educação Básica e o Ensino Superior, correlacionando-os ao mercado de trabalho, às profissões futuras e às atuais.

Incluiremos na grade curricular de ensino as disciplinas de gestão das emoções, finanças, investimento, empreendedorismo e lógica. Outro pilar importante é o Finvest – Educação Financeira e Investimentos – que é um programa de ensino efetivo em finanças e investimentos desde a educação básica até o nível superior, com reflexo direto no despertar da identidade produtiva e da autonomia profissional do indivíduo.

A Universidade Federal Digital (UFD) será implantada para conectar as pessoas com as novas áreas do futuro, ampliando o acesso ao ensino superior e garantindo a formação nas profissões oriundas da era digital. O ensino se dará de forma virtual, possibilitando o acesso dos brasileiros de forma remota e à distância, com cursos das profissões digitais do futuro.

Educação Básica

A educação infantil será uma prioridade no meu governo porque é o investimento no futuro.

Nenhum país terá resultados máximos investindo o mínimo na educação das suas crianças. Os recursos têm que chegar nos municípios com mais rigor na fiscalização para coibir os desvios e garantir que o orçamento destinado à educação seja aplicado nela e de maneira eficiente. Para isso, investiremos em *compliance* e governança na auditoria do orçamento da educação e, em todas as áreas, inteligência artificial para potencializar a fiscalização, seja dos órgãos de corregedoria administrativa, seja dos órgãos de polícia.

Uma providência prioritária é a revisão do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica] para melhorar os mecanismos de liberação dos recursos fazendo com que haja critérios técnicos na destinação do orçamento para que o dinheiro chegue aonde tem que chegar.

Teremos medidas para ativar nos curto e médio prazos a economia, mas a queda da arrecadação não pode ser desculpa para não investir na educação de base. Um país que vai gastar R\$ 5 bilhões em apenas 30 dias no fundo eleitoral, não pode continuar investindo apenas R\$ 11 bilhões por mês em todo o sistema de educação. Precisamos rever a maneira como investimos porque, na prática, um aluno da educação básica recebe apenas um terço do que é destinado para alunos do nível superior. Obviamente que essa distorção no orçamento destinando três vezes mais recursos para alunos do nível superior, onde a população menos favorecida quase não alcança, compromete o futuro do país e mantém a população mais vulnerável escravizada. A verdade é que, no formato em que estamos, temos apenas orçamento porque, investimento, só teremos se priorizarmos o futuro e é isso que farei em meu governo. ●

DIVULGAÇÃO



SOFIA MANZANO **Partido Comunista** **Brasileiro (PCB)**

Vice-presidente:
Antônio Alves da Silva
Junior (PCB)

Não há coligação

Emprego e Renda

Nossa principal medida é a redução da jornada de trabalho semanal para 30 horas sem a redução do salário real, com reajuste automático e indexação à inflação. Essa medida tem o potencial de promover o aumento de postos de trabalho nas grandes empresas de cerca de 50%; esta redução proporcionará a melhoria da qualidade de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores, possibilitando que a população trabalhadora, em especial a juventude, tenha mais tempo para o estudo, a cultura, o esporte, o lazer e a convivência familiar e social. Também promoveremos a abertura de concursos públicos para provimento das vagas existentes e expansão dos serviços essenciais. Serão implantados programas de emprego emergenciais, com a criação de frentes de trabalho urbanas associadas a obras de saneamento, habitação, de reforma de escolas e hospitais, bem como de expansão da malha ferroviária nacional.

Financiamento do SUS

Para fortalecer o SUS, nosso governo irá devolver e ampliar o orçamento da seguridade social com as seguintes medidas: a) Fim da Lei do Teto de Gastos (EC 95); b) Fim da Desvinculação das Receitas da União (EC 87/2015) que permite o livre uso de 30% das receitas tributárias originalmente destinadas à saúde, educação etc, a fim de pagar juros e amortizações da dívida pública; c) Fim de toda terceirização na saúde, de tipo OSs [Organizações Sociais de Saúde], PPPs [Parcerias Público-Privadas], Fundações de direito privado, e qualquer transferência de competência estatal na saúde para a iniciativa privada. Destinar os recursos públicos para o setor público estatal; d) Contratação de profissionais da saúde por meio de concurso público, com dedicação exclusiva, plano de carreira e salários adequados; e) Internalizar no território brasileiro os equipamentos do SUS de forma a atender as necessidades específicas das populações destes territórios na atenção básica; f) Reorientar o sentido de Saúde Pública, fortalecendo a atenção primária à saúde e as equipes de saúde da família com foco na prevenção, acompanhamento local e comunitário; g) Plano especial de saúde reprodutiva às mulheres e pessoas com útero, com a legalização do aborto, educação sexual, planejamento familiar e combate à violência obstétrica; h) Criar e expandir a rede de laboratórios e indústrias públicas de insumos, vacinas e medicamentos.

Pandemia de Covid-19

O governo federal deve garantir a saúde da população a partir da execução de políticas econômicas e sociais que visem combater as desigualdades de classe, minimizar as inequidades em saúde, reduzir riscos de

doenças e de outros agravos e estabelecer condições que assegurem acesso universal e igualitário ao SUS. Assim, compete ao governo federal investir em unidades de saúde bem equipadas, mas também coordenar a rede de serviços federais e, em parceria com estados e municípios, implementar medidas visando mitigar a transmissão comunitária da Covid-19 com amplo investimento no Programa Nacional de Imunizações, na Atenção Primária à Saúde e na realização de campanhas educativas que reduzam a hesitação vacinal e ressaltem a importância da ciência e da imunização coletiva. Ademais, cabe ao governo a adoção de medidas garantidoras do financiamento adequado e fortalecimento do sistema público de saúde, com a revogação imediata da EC 95; prover financiamento adequado para pesquisas científicas das instituições públicas de ensino, assistência, ciência e tecnologia relacionadas aos diversos aspectos da pandemia (epidemiológicos, clínicos, virológicos, farmacológicos, econômicos e sociais); apoiar a disponibilização de toda a capacidade instalada dos serviços de saúde do país, pública e privada, para tratamento dos casos graves em tempos de agravamento da pandemia; garantir nos serviços federais e apontar a necessidade que os demais entes federados se comprometam com a saúde dos trabalhadores do setor, provendo equipamentos de proteção individual adequados, materiais aos profissionais de saúde e limpeza envolvidos no atendimento aos acometidos pela doença. A defesa dos direitos trabalhistas dos profissionais do setor saúde é central para a defesa de melhores condições de atendimento aliada à melhora estrutural da rede pública hospitalar e de Atenção Primária à Saúde. O governo federal comunista também tem especial atenção para as áreas ribeirinhas e quilombolas, assim como para a região Norte do país, onde há grandes desigualdades e dificuldades no acesso aos serviços de saúde. Em articulação com os governos estaduais e municipais, cabe garantir a ampliação do acesso aos equipamentos e insumos adequados, transporte e unidades de saúde. Ademais, é central reduzir a desigual capacidade instalada entre hospitais particulares, número de leitos de CTI [Centro de Terapia Intensiva] nestes e a rede pública, investindo em concurso público para ampliação dos trabalhadores da saúde com estabilidade de vínculo empregatício e melhores condições de salário. Além disso, é necessário que o governo federal apoie a formação profissional dos trabalhadores que estão na linha de frente, com fortalecimento da Rede de Escolas Técnicas do SUS, das universidades públicas, dos institutos federais e demais entidades públicas que formam profissionais de saúde nos seus diferentes níveis de escolaridade. Algo que é central o governo federal fazer, e não tem feito, é garantir a quantidade de vacinas necessárias aos estados e municípios, posicionando-se a favor da quebra das patentes das vacinas contra a Covid-19, e propor

medidas de acompanhamento e suporte às pessoas que hoje enfrentam limitações relacionadas ao pós-Covid.

Combate à fome

As causas desse fenômeno não podem ser atribuídas, exclusivamente, à pandemia de Covid-19, a despeito de esta ter potencializado a dimensão do problema. A atual produção capitalista no campo brasileiro está entre as principais determinações dessa grave situação, pois o agronegócio concentra as terras mais férteis, além de importantes fontes de água, para a produção e a exportação de commodities. E o faz drenando valiosos subsídios fiscais e creditícios do Estado, destruindo o meio ambiente e submetendo os trabalhadores a condições laborais aviltantes. Existem outros elementos que nos ajudam a entender a espiral de fome por que passa parcela expressiva da população brasileira, como: a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o desmantelamento de políticas de apoio à oferta de alimentos provenientes da agricultura familiar, como o PAA [Programa de Aquisição de Alimentos], e o enfraquecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Nossa agenda programática aponta para a necessidade de: a) realização de uma reforma agrária de caráter popular e radical, que assegure o acesso à terra (especialmente, as propriedades rurais mais próximas de centros urbanos populosos) por parte das famílias camponesas e ofereça as condições objetivas (oferta de água, apoio técnico, compra subsidiada etc.) para o alcance da soberania alimentar do país e para a ruptura com o latifúndio; b) retomada das demarcações das terras dos povos indígenas e titulação das terras quilombolas a fim de garantir que esses sujeitos disponham de condições para a prática da agricultura, do extrativismo,

da pesca e de outras atividades necessárias à sua reprodução; c) reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e das políticas de aquisição de alimentos derivados da agricultura familiar; d) fortalecimento da Conab, resgatando seus depósitos de armazenamento de grãos em todas as regiões do país e assegurando sua capacidade de regulação dos preços dos alimentos; e) criação de uma rede federal de restaurantes populares, distribuída nos municípios com mais de 100 mil habitantes, que ofereça alimentação diária, gratuita e com alimentos saudáveis às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica; f) fim das isenções fiscais oferecidas à comercialização de agrotóxicos; e g) fomento às experiências de agricultura de base agroecológica e que valorizem as sementes nativas ou crioulas dos camponeses.

Educação profissional

Pensar na ampliação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e em sua integração à Educação Profissional Técnica de Nível Médio é pensar na ampliação dos Institutos Federais (IFs), que têm em sua natureza a integração do ensino básico com o técnico. Entretanto, é importante pensar em todos os desafios específicos desta modalidade de educação. Muitas vezes o poder público parte de uma perspectiva de formação aligeirada e assistencialista, repleta de preconceitos em relação aos sujeitos da EJA. Nós entendemos que para superar o preconceito é fundamental implementar uma política institucional diferenciada, já que dar o mesmo tratamento a grupos sociais que a sociedade produziu desiguais implica em mantê-los desiguais.

Além disso, após a pandemia, segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a evasão escolar no Brasil aumentou em 5% entre os alunos do ensino fundamental e 10% no

ensino médio. 45% dos jovens estão em famílias que perderam parcialmente ou totalmente sua renda durante a pandemia. Milhares tiveram que abandonar os estudos para trabalhar. Estes jovens precisam ser estimulados a voltar para a escola, porém é possível que seu retorno ocorra através da EJA, para que possam conciliar estudo e trabalho.

Diante deste cenário, nossas propostas para ampliar a formação e qualificação na EJA, de forma integrada ao Ensino Profissional e Tecnológico, passa pela revogação do Teto de Gastos, que congelou por 20 anos os investimentos no setor público. Para o PCB, a educação é prioridade, e sabemos que para termos educação pública de qualidade é necessário aumentar o investimento, ao invés de congelar ou cortar verbas para as instituições federais de ensino. Isso implica em melhorar a infraestrutura, realizar concursos públicos para preencher o quadro de servidores e manter e ampliar programas de permanência estudantil para que os sujeitos da EJA possam retornar aos estudos e concluí-los, qualificando-se para o trabalho ao mesmo tempo que recebem uma formação integral e de qualidade.

Educação Básica

É importante pontuar que para o PCB a organização e mobilização da classe trabalhadora é fundamental para promover as grandes transformações políticas, sociais e econômicas no geral e no campo educacional em particular. Por isso, procuramos construir no dia a dia das escolas e universidades, junto com as trabalhadoras e trabalhadores da educação, um projeto educacional pautado pela defesa de uma formação integral, que desenvolva variadas dimensões da vida humana para além do aprendizado estritamente operacional que domina hoje as políticas educacionais.

Um exemplo dessa política que bloqueia o acesso dos jovens das classes trabalhadoras à produção acadêmica e científica é a contrarreforma do ensino médio (Lei 13.415/17) aprovada em pleno governo golpista de Michel Temer. É urgente a revogação completa dessa excrescência que procura retirar qualquer senso crítico dos estudantes que na adolescência já serão obrigados a conformarem-se como meras embalagens de força de trabalho a ser explorada para a produção da riqueza que é acumulada privadamente pela grande burguesia. Além disso, é importante destacar ainda a perversidade do discurso de “escolha” sobre os itinerários formativos propostos na contrarreforma, quando há anos o orçamento da educação pública vem sendo sistematicamente reduzido e contingenciado, precarizando a escola pública em níveis alarmantes. Por isso, no âmbito das políticas estatais, somos favoráveis à aprovação da PEC 96/2019, cuja finalidade é impedir que o governo federal realize cortes no orçamento da educação. ●



VERA LÚCIA **Partido Socialista** **dos Trabalhadores** **Unificado (PSTU)**

Vice-presidente:
Raquel Tremembé (PSTU)

Não há coligação

Emprego e Renda

O desemprego é um dos maiores problemas enfrentados pela classe trabalhadora e a população mais pobre neste país. Está diretamente relacionado com a fome, o avanço da pobreza e a queda da renda. O enorme exército de reserva é utilizado como chantagem permanente para o rebaixamento de direitos e salários o que, associado à inflação, é responsável pela carestia que está tirando a comida da mesa dos trabalhadores. Ao contrário do que é pregado pelo governo e os agentes do mercado, a retirada de direitos não promove mais empregos, mas justo o contrário. A Reforma Trabalhista de 2017 e os sucessivos ataques aos direitos causaram mais desemprego e precarização. Então, uma das medidas mais urgentes e necessárias para enfrentar a atual crise é a geração de empregos e, junto a isso, o aumento da renda e o pleno restabelecimento dos direitos. Esse é um dos principais pontos do nosso programa.

Esse, aliás, é um dos aspectos mais irracionais do capitalismo. Temos hoje, entre desempregados, desalentados, precarizados e informais, mais da metade da força de trabalho sem emprego com carteira assinada. É simplesmente imensurável o prejuízo que isso representa à sociedade, tanto do ponto de vista econômico, já que poderíamos ter milhões a mais trabalhando e produzindo riquezas, como no aspecto social, já que grande parte dessa massa desempregada vai cair na indigência, na fome e na miséria.

Defendemos a revogação integral da Reforma Trabalhista, assim como da Reforma da Previdência aprovada pelo governo Bolsonaro, que força os trabalhadores a permanecerem por mais tempo no mercado de trabalho e impede a integração dos mais jovens. Também o fim da precarização e carteira assinada para todos.

Defendemos a redução da jornada de trabalho para 36 horas, sem a redução dos salários, distribuindo o trabalho disponível a quem precisa trabalhar. Vamos implementar ainda um plano de obras públicas que possa, a um só tempo, absorver a mão de obra ociosa e atacar problemas estruturais como o saneamento básico e o déficit habitacional.

Também defendemos a duplicação imediata do salário mínimo, tendo como meta o mínimo necessário (que está na Constituição) calculado pelo Dieese hoje em R\$ 6.388,55, e aumento geral dos salários.

Para efetivar esse plano de erradicação do desemprego, precisamos reverter a forma como a economia funciona hoje, fazendo com que ela funcione para atender as necessidades do conjunto da população, principalmente de sua maioria, pobre e trabalhadora, e não a um punhado de meia dúzia de grandes empresas e bilionários. Para isso, defendemos a expropriação, sob controle dos trabalhadores, das 100 maiores empresas, assim como da fortuna e propriedade dos 62 bilionários desse país.

Financiamento do SUS

A pandemia mostrou como no capitalismo a saúde é tratada como mercadoria. Enquanto a população pobre morria por falta de atendimento, estrutura e profissionais, os planos privados tinham lucros bilionários. O SUS é uma conquista do povo brasileiro, mas sofre com o sucateamento imposto por sucessivos governos, em geral em conluio com a saúde privada.

Vamos estatizar, sem indenização, toda a rede privada de saúde, e incorporá-la ao SUS. Ao mesmo tempo, precisamos reverter o sucateamento da rede pública, e aumentar pesadamente os investimentos no setor, do pronto-atendimento aos hospitais. Isso passa por investimento em estrutura, equipamentos, insumos e pela valorização dos profissionais em todos os setores e níveis, da limpeza ao médico especialista.

Pandemia de Covid-19

O Governo Federal deveria centralizar e coordenar os esforços no combate à pandemia, tanto em relação às medidas de distanciamento social e a promoção do uso de máscaras, como no acesso à vacinação em massa. O governo Bolsonaro fez justo o contrário. Apostou numa política negacionista de boicote às (insuficientes) medidas de distanciamento, fez campanha contra as máscaras e atrasou ao máximo que pôde a compra e a disponibilização das vacinas. Sua estratégia de imunização de rebanho foi responsável, por baixo, por pelo menos 400 mil mortes neste país, segundo cálculo do epidemiologista e professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) Pedro Hallal, ainda em 2021. Isso não tem outro nome que não genocídio. Um assassinato em massa imposto de forma consciente e

deliberada, e que teve como alvo principal a população pobre e preta das periferias.

Para combater a pandemia, que ainda não acabou, e evitar outras, defendemos a quebra das patentes das vacinas, e a sua produção em massa, atualizando periodicamente para combater novas variantes que possam surgir. Também a quebra das patentes dos principais medicamentos utilizados no tratamento da Covid-19. Aliado a isso, junto à reestruturação do SUS, precisamos investir em pesquisa e tecnologia, áreas atacadas de forma cruel pelo atual governo. Sem pesquisa, vamos continuar dependentes de insumos, vacinas e medicamentos de fora e dos grandes laboratórios.

Combate à fome

A fome é expressão direta do papel cada vez mais subordinado do Brasil em relação ao sistema internacional de Estados. Estamos regredindo cada vez mais para uma condição de colônia exportadora de produtos primários para o mercado internacional, dominado e sob a regência de mega conglomerados capitalistas. É por isso que, ao mesmo tempo em que somos um dos maiores produtores de alimentos do mundo, e o maior exportador de carne bovina, temos 33 milhões de pessoas passando fome e mais da metade da população em insegurança alimentar. Produzimos muito para exportar e enriquecer algumas poucas multinacionais que dominam o agronegócio, enquanto o povo passa fome.

É preciso reverter esse processo, estatizando o latifúndio sob controle dos trabalhadores, e passando a produzir para alimentar o povo, e não para a especulação e o lucro de poucos bilionários estrangeiros. Da mesma forma, fazer uma reforma agrária radical, concedendo terra às famílias sem-terra e va-

lorizando a agricultura familiar, responsável por grande parte da produção dos alimentos que comemos no dia a dia. Parte disso é a regularização e demarcação de todas as populações indígenas e quilombolas que hoje se encontram não só vulneráveis sob o ponto de vista social, mas alvos da violência e do extermínio do grande agronegócio, de madeireiros, garimpeiros etc.

Defendemos, como medida emergencial e imediata, um auxílio emergencial de fato às 67 milhões de famílias que recebem o benefício em 2020, e no valor de um salário mínimo. A medida eleitoral de Bolsonaro de reajustar em R\$ 200 o Auxílio Brasil até dezembro é, além de cínica e oportunista, totalmente insuficiente para garantir o mínimo necessário às famílias pobres. Hoje, R\$ 600 não compra sequer uma cesta básica nas principais capitais.

Outras medidas para o combate à fome passam por congelar o preço dos alimentos e produtos básicos, e estatizar as grandes redes varejistas, também parte desse processo de inflação e carestia.

Educação Profissional

A política de Educação implementada por sucessivos governos, e do qual faz parte a recente reforma do Ensino Médio, visa aprofundar ainda mais a desigualdade social através da Educação. Essa política visa, por exemplo, enxugar ainda mais o currículo no ensino público, e direcionando mais para o ensino técnico e profissionalizante. O que se diz com isso? Que a perspectiva para as famílias pobres e trabalhadoras é o do ensino profissionalizante para a entrada imediata no mercado de trabalho, e para as famílias mais ricas se reserva o Ensino Superior. É a perpetuação da desigualdade para as futuras gerações, forçan-

do que os filhos dos trabalhadores continuem servindo e trabalhando para os filhos dos ricos.

Não temos qualquer compromisso com as atuais metas, aliás rebaixadas, da Educação. Vamos fazer o contrário, combater a precarização e o sucateamento do ensino em todos os níveis, do básico ao Superior. Vamos universalizar o ensino, da creche à universidade. Educação é um direito, não um privilégio. Que o filho do pedreiro e da diarista possa estudar e se tornar médico se assim o quiser. Que possa estudar e se profissionalizar em nível técnico, se assim também o quiser. Assim como a vaga no Ensino Fundamental ou Médio é um direito, a vaga no Ensino Superior também deveria ser, e vamos fazer com que seja, eliminando o funil do Enem e do vestibular. Para isso, vamos estatizar toda a rede de ensino privado, incorporando-a ao ensino público, sem indenização, e aumentar os investimentos no setor, ampliando as vagas em todos os níveis.

Educação Básica

Temos que reverter o fechamento de escolas, abrindo novas e garantindo vagas a todos os estudantes. Isso passa por um plano de investimentos sem precedentes em Educação, e a estatização do ensino privado, sem indenização. Acabar com os convênios com as creches privadas, por exemplo, que aliás, além de transferir recursos públicos à iniciativa privada, são responsáveis por vários escândalos e corrupção como vimos recentemente em São Paulo. Temos que fazer cumprir o piso do Magistério e valorizar os trabalhadores em Educação em todos os níveis. Vamos reverter a reforma do Ensino Médio e atuar pela universalização da Educação em todos os níveis, inclusive no Ensino Superior. ●

PAULO VITALE



LUIZ FELIPE D'AVILA NOVO

Vice-presidente:
Tiago Mitraud (NOVO)

Não há coligação

Emprego e Renda

Desemprego e baixa renda são consequências diretas do fracasso da nossa economia. Quando a economia não cresce e não gera riqueza, o trabalhador é quem mais sofre. Nosso plano é atacar as causas estruturais que impedem que a nossa economia se desenvolva. São problemas antigos, e há um enorme consenso entre os economistas sobre o que precisa ser feito. Antes de mais nada, é preciso abrir a economia. Nenhum país cresce fechado ao comércio mundial. Com a abertura econômica, nós vamos conectar o Brasil às redes globais de valor, o que deve ser especialmente positivo para a nossa indústria. Indústria competitiva, que produz e exporta para o mundo, é a indústria que gera emprego, contrata e paga melhor. Também vamos fazer as reformas que vão reduzir o peso do Estado no setor produtivo. A reforma tributária é urgente. Precisamos facilitar e simplificar a forma como pagamos impostos no Brasil. Isso vai reduzir custos e facilitar o crescimento das empresas – do pequeno empreendedor às grandes indústrias. A reforma administrativa deve melhorar a qualidade e reduzir o custo dos serviços públicos. Também é importante

aprofundar a Reforma Trabalhista, para modernizar as relações entre empregador e empregado. Quando empresas têm mais liberdade e segurança para contratar, contratam mais e pagam melhor. Essas medidas vão tirar as amarras da geração de empregos e alavancar a economia brasileira.

Financiamento do SUS

O SUS precisa ser reestruturado e fortalecido. E isso passa por eliminar alguns preconceitos antigos. O principal deles: um bom sistema público de saúde não precisa ser estatal. Público e privado são complementares, não antagonistas, na hora de oferecer tratamento para a população. Minha proposta é fortalecer as parcerias público-privadas na saúde, combinando o acesso amplo do SUS às vantagens de gestão da iniciativa privada. Isso inclui medidas como a digitalização dos dados e a coordenação das redes, para integrar quem precisa com quem tem o serviço para oferecer. O modelo ultrapassado da tabela do SUS precisa ser substituído, permitindo novas modalidades de contratação dos serviços. O Estado precisa remunerar quem presta o serviço de forma adequada. Quando não o faz, a oferta diminui e a população é prejudicada. Formar gestores, qualificar e valorizar os profissionais da saúde e premiar o bom atendimento também serão pilares da nossa atuação no cuidado com o brasileiro.

Pandemia de Covid-19

O primeiro passo do governo federal em relação ao cuidado com a pandemia é não atrapalhar. O negacionismo do governo Bolsonaro, o atraso na compra de vacinas, e o respaldo a tratamentos ineficazes custou vidas, e é a primeira coisa que precisa ser eliminada. O controle da pandemia deve ser feito como fazemos toda boa política pública: com dados e evidências. Incentivar a vacinação e ampliar testes em surtos locais são duas medidas fundamentais para o controle responsável do Covid-19.

Combate à fome

A fome e a miséria são problemas que o Brasil precisa enfrentar com urgência. A fome não espera o longo prazo dos planos econômicos, ela precisa de medidas imediatas. No meu governo, vamos não só manter os programas sociais de combate à miséria, mas deixá-los mais eficientes. Com dados e evidências, podemos identificar onde as pessoas mais necessitadas estão e como é possível ajudá-las. É preciso investir com mais intensidade na pobreza infantil, que é a que causa mais danos de longo prazo. A distribuição de renda deve ser feita com mais critérios: uma mãe com filhos pequenos não pode receber o mesmo valor que um jovem sem filhos. Vamos estabelecer uma meta anual de redução da miséria, com o objetivo de eliminar a extrema pobreza em quatro anos. Além disso, investimentos estratégicos em infraestrutura vão ajudar a reduzir o enorme desperdício de transporte de alimentos no Brasil. Milhões de toneladas de grãos se perdem no caminho, quando deixam os produtores rurais. Reduzir o desperdício vai colocar mais alimento nas mesas de quem, hoje, tem fome.

Educação Profissional

A Educação Profissional no Ensino Médio é uma prioridade do programa de governo. O Brasil tem uma enorme contradição: desemprego alto, aliado à falta de profissionais qualificados. O que falta nessa equação é o ensino profissionalizante. Nós damos muita atenção (e recursos) ao Ensino Superior, e deixamos o ensino profissionalizante de lado. É uma opção para os jovens que querem sair do Ensino Médio com uma profissão, com uma posição no mercado de trabalho. Vamos copiar os modelos de ensino profissionalizante que dão certo, como a Alemanha, e preparar nossos jovens para as profissões do futuro.

Educação Básica

O problema da nossa educação não é um problema de recursos. Inclusive, o Brasil gasta uma proporção do PIB [Produto Interno Bruto] acima da média com a educação. O problema é que gasta demais com a máquina pública, ao invés de investir no que dá resultado: na ponta, no professor e no aluno. Nosso plano de reestruturação da educação passa por investir mais na educação básica – e não no ensino superior, como ocorre hoje. No Ensino Fundamental e Médio é que podemos fazer mais diferença. Vamos adotar o ensino em tempo integral no Brasil todo, conectar todas as escolas à internet, qualificar os educadores e replicar os modelos educacionais que deram certo pelo Brasil. No Ensino Médio, oferecer a opção do ensino profissionalizante. Nenhuma criança ou jovem deve ficar de fora. Nenhuma nação enriquece sem investir no futuro, sem cuidar da educação. E com os efeitos do longo fechamento das escolas, essa é uma prioridade urgente. ●

DIVULGAÇÃO



SORAYA THRONICKE União Brasil

Vice-presidente:
Marcos Cintra (União Brasil)

Não há coligação

Emprego e Renda

A principal proposta na área de Economia que apresentamos é a reforma tributária e a implantação do Imposto Único Federal – IUF. A partir de sua implantação, haverá crescente desoneração tributária sobre empresas, facilitando, assim, o aumento do nível de investimentos e, conseqüentemente, a geração de empregos. Também na área de Serviços em toda a cadeia produtiva direta e indireta serão estimuladas a geração de empregos e a capacitação técnica. O mesmo acontecerá nos setores culturais e esportivos. É prioridade de nosso governo gerar trabalho e renda para as pessoas.

Financiamento do SUS

O Brasil investe bastante na Saúde, mas é necessário melhorar a gestão dos recursos. O Sistema Único de Saúde (SUS) será fortalecido, não só no que tange o investimento financeiro, mas, também, no seu gerenciamento. Além disso, vamos firmar parcerias público-privadas com hospitais e clínicas para que a população tenha acesso a atendimento de qualidade nas mais diversas especialidades. Não menos importante: vamos aperfeiçoar o acolhimento à população. Não mediremos esforços para isso. Também serão implementadas

novas tecnologias, visando o aprimoramento do atendimento e dos serviços prestados. Para tanto, faremos convênios com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Ministério da Educação (MEC) e centros de Pesquisa e Tecnologia voltados ao desenvolvimento de inovações em produtos e serviços da área da Saúde.

Pandemia de Covid-19

Art. 196: A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Desta forma, o governo federal tem obrigações constitucionais a serem cumpridas. É seu dever procurar se antecipar às demandas e prover recursos para a solução compartilhada de problemas na área da Saúde. Propomos ações de gestão compartilhada em situações emergenciais, mediante aplicações de planos contingenciais. Propomos, também, ações educativas e comunicacionais de caráter preventivo, em parceria com estados e municípios, buscando estimular visão prospectiva sobre problemas sanitários. Em paralelo, vamos investir muito em pesquisa e no desenvolvimento de vacinas e de outros protocolos de saúde preventiva. Propomos, ainda, a criação de serviços emergenciais de atendimento às pessoas em situação crítica de desespero, de abandono e carentes de acolhimento psicológico. Além disso, faremos um levantamento completo (censo) das vítimas da Covid-19 e suas famílias, para implementar uma política específica de atendimento a este público. Também propomos a implantação de uma política permanente de saúde mental na rede pública de serviços de saúde.

Combate à fome

A fome é um problema secular no Brasil, mesmo nosso País estando entre os três maiores produtores de alimentos do planeta. É inaceitável, desta forma, que o Brasil leve tantos à miséria. Sabemos que, com a pandemia de Covid-19, mais de 10 milhões de brasileiros ingressaram no mapa da fome, perfazendo um total estimado de 33 milhões. Por isso, vamos implantar uma política estratégica de segurança alimentar, fortalecer a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), além de incrementar os estoques reguladores de grãos e de outros alimentos. Propomos, também, a criação de uma rede nacional de promoção de hortas perenes, visando alimentar milhões de pessoas diariamente. A medida poderá ser implantada em escolas públicas e outros logradouros, em parceria com as prefeituras. Além disso, propomos a implantação de usinas de multimistura – farinha de milho, farelo de trigo, amendoim, sementes de gergelim, sementes de abóbora e folha de mandioca – com alto valor nutricional, em cidades polos, tendo como base dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O objetivo é educar as pessoas a se alimentarem com produtos locais e/ou os que elas próprias podem produzir. Também vamos fortalecer programas oficiais de Agricultura Familiar.

Educação Profissional

Sabemos que a educação profissional é decisiva para o futuro da juventude e, conseqüentemente, de nossa economia, em diversos setores. Nosso objetivo é fortalecer esse tipo de capacitação e focar nas demandas e vocações regionais, por meio de parcerias com a iniciativa privada e outras instituições, para formar a mão de obra que será aproveitada nas mais diversas cadeias produtivas. Focaremos no desenvolvimento de novos produtos e serviços, por meio de inovação e criação de patentes, para gerar empregos e renda nessa nova economia do conhecimento. Propomos, ainda, estimular o empreendedorismo e firmar parcerias com os demais ministérios e órgãos do governo – nos três níveis – para implementar uma política de juventude com base no empreendedorismo, na inovação e na criação de patentes.

Educação Básica

A educação básica é o início de um processo decisivo rumo a um futuro promissor. Ela deve ser priorizada e sua gestão, aprimorada. É preciso uma aproximação maior entre as famílias e as escolas. As instituições públicas de ensino serão privilegiadas. Propomos um plano estratégico de capacitação e aperfeiçoamento dos professores. O Estado deverá avaliar o desempenho dos professores, e os pais e as mães vão acompanhar, junto aos mestres, o desempenho escolar de seus filhos.

Sabemos que houve mudanças estruturais por força da pandemia de Covid-19, mas será possível recuperar o tempo perdido a partir da utilização de novas metodologias, formas de ensino e tecnologia. Propomos ações objetivas para evitar a evasão escolar, com a implantação de novas metodologias de ensino, baseado na inovação e na criatividade. A juventude precisa participar ativamente da construção de seu futuro. Evidentemente, metas previamente estabelecidas terão de ser ajustadas à nova realidade. Mas, certamente, nosso governo terá competência para fazer os ajustes necessários e avançarmos rumo ao futuro em condições competitivas. ●



“UMA DEMOCRACIA ROBUSTA PRECISA DE ALGUMA IGUALDADE SOCIAL”

Céli Pinto

A crise da democracia contemporânea é um dos principais temas sobre o qual tem se debruçado a teoria política nas primeiras décadas do século 21. Em meio à imensa desigualdade social produzida pelas políticas neoliberais adotadas desde a década de 1980 em todo o mundo, é cada vez maior o temor de uma escalada do autoritarismo. Mas o que caracteriza a crise da democracia? Quais os requisitos mínimos de um regime democrático e quais os indícios de seu mau funcionamento? Quais os parâmetros para avaliar se um regime é mais ou menos democrático do que outro? Essas são algumas das perguntas que a cientista política Céli Pinto, professora emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), procura responder nesta entrevista. Segundo ela, embora no Brasil a Constituição de 1988 tenha avançado na garantia de direitos sociais e na ampliação dos espaços de participação democrática – como os conselhos deliberativos para formulação de políticas públicas, por exemplo – a noção de que os direitos sociais previstos ali ‘não cabem no orçamento’ tornou-se hegemônica. Hegemonia que vem inclusive solapando os avanços democráticos obtidos após a promulgação da Carta Magna. A cientista política também fala do problema da sub-representação das mulheres, das populações negras e pardas e daquelas pertencentes aos estratos mais pobres nos espaços de decisão no país, outra grande limitação do regime democrático brasileiro. “É fundamental democratizar a democracia”, defende.

ANDRÉ ANTUNES

O QUE CARACTERIZA UMA DEMOCRACIA MODERNA E QUAIS OS CRITÉRIOS MÍNIMOS QUE PRECISAM SER OBSERVADOS PARA QUE UM SISTEMA DE GOVERNO SEJA CONSIDERADO DEMOCRÁTICO?

Nós temos várias formas de definir a democracia, mas eu acho que há uma que é minimalista, mas ao mesmo tempo bastante razoável. A democracia é fundamentalmente um regime em que o conjunto da população adulta escolhe os seus representantes e os seus dirigentes dentro de um quadro de total liberdade de opinião, de igualdade de direitos políticos e civis, e de informação; em uma eleição limpa, correta, sem fraude. Em termos muito gerais, minimalistas, isto é uma democracia. Isso acontece com melhores condições em alguns lugares, com piores condições em outros, aí depende de pensar uma democracia de forma mais substantiva.

PENSANDO EM UM ESPECTRO QUE VAI DO REGIME MAIS DEMOCRÁTICO POSSÍVEL PARA O MENOS, QUAIS OS PARÂMETROS QUE SE PODE UTILIZAR?

Pensando bem teoricamente, a melhor democracia seria aquela que consegue equilibrar dois conceitos fundamentais: igualdade e liberdade. Uma democracia em que haja uma liberdade absoluta haverá também uma desigualdade absoluta, e esta democracia tende a não ser democrática. Ela tende a ser um regime autocrático, oligárquico. Ou seja, onde todas as liberdades são infinitas, quem vai ter liberdade são aqueles mais desiguais para cima. Agora, a igualdade também tem de ser um conceito em termos democráticos que não limite a existência da liberdade, mas não se pode haver uma desigualdade que impeça que as pessoas tenham o mínimo possível ou a possibilidade de viverem de forma adequada, de forma socialmente justa. Então, quando nós olharmos, assim, o espectro dos países democráticos do mundo, nós vamos ver os países que sempre são exemplos: nos países escandinavos as pessoas não têm a liberdade que as classes dominantes e classes médias brasileiras têm, por exemplo. As pessoas têm muito mais obrigações sociais do que as classes médias e a burguesia brasileira têm.

EM QUE SENTIDO?

No sentido de que elas pagam muito mais impostos, elas têm de ter uma responsabilidade social muito maior em relação ao cuidado com a cidade, com as leis, com o estado da comunidade em que elas vivem, da escola que frequentam, da universidade que frequentam. Se nós olharmos para esses países, todas as pessoas têm direitos muito parecidos, ou seja, o direito de ser um milionário, por exemplo, é muito mais restrito. Então é uma sociedade que é mais igual e menos livre, não no sentido de que as pessoas não possam ir e vir, não possam ter a opinião que bem entendam, que não possam fazer das suas vidas pessoais aquilo que elas acharem melhor. Mas há um equilíbrio entre liberdade e igualdade, e a democracia depende desse equilíbrio. Quando há muita liberdade nós estamos frente a um regime oligárquico, quando há só igualdade, nós estamos frente a uma ditadura, em que todos são iguais e ninguém pode expressar as suas diferenças, por exemplo. Então são duas questões bem importantes de serem mediadas. A democracia, em termos teóricos, é um acordo, é a tensão entre essas duas coisas.

A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS UTILIZA O CHAMADO ÍNDICE DE GINI PARA MEDIR O GRAU DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA NOS PAÍSES. EXISTE UM ÍNDICE SIMILAR PARA MEDIR O GRAU DE DEMOCRACIA? NO QUE ELE SE FUNDAMENTA?

Os índices de democracia são pouco razoáveis, porque é muito difícil comparar países em que existe uma maior igualdade social e países em que existe uma grande desigualdade social. Por exemplo, um país como o Brasil, que é um país rico, mas que tem uma grande desigualdade social, nunca vai ter uma democracia robusta, porque uma democracia robusta precisa de alguma igualdade social. O que nós estamos vendo com o neoliberalismo, em vários países, é um aumento da desigualdade social. Há uma relação bastante grande entre diminuição da democracia, inclusive dos valores democráticos, com aumento da desigualdade social. Porque aí teria mais possibilidade de ascensão de um líder carismático, populista, antidemocrático, que vai dizer que a democracia é um sistema que não atende aos interesses das pessoas. As grandes desigualdades sociais são muito propícias a regimes não democráticos. E quanto mais igualdade social mais possibilidade de regime democrático.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO REGIME DEMOCRÁTICO COM AS QUAIS CONTAMOS HOJE? EM QUE MEDIDA ESSES APARELHOS TÊM CONTRIBUÍDO OU NÃO PARA A AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA NO PAÍS, E QUAIS OS SEUS LIMITES?

A Constituição de 1988 deu possibilidade de uma participação da população muito mais ampla do que o voto: conselhos gestores, conferências nacionais, por exemplo. Houve ali uma preocupação de aumentar a participação popular nas tomadas de decisão. Foi muito importante isso. Uma outra forma de participação democrática que tem sido muito importante no mundo a partir da década de 1970, é a participação da sociedade civil nos movimentos sociais: os movimentos ambientalistas, feministas, LGBTQIA+, de imigrantes, de populações indígenas dos diversos países colonizados. Então há uma imensa quantidade de movimentos sociais que influenciam na democracia. Isso vem em ondas, algumas vezes se sente maior presença dos movimentos sociais, outras vezes menos. E depois nós temos os partidos políticos, que são fundamentais nas democracias. Não existe democracia sem partido político. Há uma campanha muito bem montada da grande mídia brasileira contra os partidos políticos. Óbvio que nós temos um sistema político-partidário no Brasil com muitos problemas, mas que não são suficientes para diminuir a importância dos partidos. Os movimentos sociais quando conseguem ter alguma de suas demandas atendidas é porque eles entraram via partidos políticos. Óbvio que os partidos políticos brasileiros são muito resistentes a assimilar as novas demandas da sociedade, são muito fechados, oligárquicos, construídos em cima de pequenos grupos de homens brancos, autodeclarados heterossexuais, de classe média, a grande maioria com nível superior. E obviamente que as direções partidárias no país limitam muito a possibilidade de as demandas dos movimentos sociais serem incorporadas pelos partidos. Mesmo os partidos chamados de esquerda, ou centro-esquerda, têm dificuldade nessa incorporação.

QUAIS OS INDÍCIOS DE MAU FUNCIONAMENTO DE UM REGIME DEMOCRÁTICO, E QUAIS AS INSTÂNCIAS PREVISTAS PELO NOSSO SISTEMA PARA ZELAR PELO BOM FUNCIONAMENTO DA DEMOCRACIA NO PAÍS?

Uma questão fundamental é que as instituições funcionem de acordo com aquilo que está prescrito na Constituição para elas fazerem. Obviamente que há uma ilusão de que essas instituições em si resolvam a questão da democracia. Nós temos boas instituições no Brasil, temos os três poderes bem instituídos, temos o Ministério Público que é

uma instituição importante, temos um Judiciário com duas 'jabuticabas' maravilhosas: uma está vindo abaixo que é a Justiça do Trabalho; outra que é muito combatida, mas é muito importante, que é a Justiça Eleitoral. Agora, por outro lado, nós temos que pensar nas formas como as pessoas chegam a esses lugares. Há uma ilusão de parte da ciência política de que as instituições formam as pessoas que estão lá dentro. Eu vou te dizer duas instituições que formam as pessoas, e nenhuma das duas têm a ver com democracia, que são as academias militares e os seminários para padres. São as chamadas instituições totais por Erving Goffman, um sociólogo estadunidense que escreveu muito bem sobre isso. As outras instituições necessitam ser democraticamente montadas. Por exemplo, nada menos democrático do que uma lista partidária para candidatos a deputados. Nos Estados Unidos, e aqui do lado, na Argentina, os filiados dos partidos fazem uma primária para escolher os candidatos das listas partidárias. Aqui, as listas partidárias são feitas na calada da noite, não há nenhum processo democrático como os que existem em alguns países e são importantes para fazer com que as listas partidárias sejam feitas por ação efetiva pelo conjunto dos membros do partido. No Brasil, isso não existe. Nós temos também que o presidente da República nomeia todos os

ministros do Supremo Tribunal Federal e o procurador-geral da República. Há uma concentração de poderes na mão das elites partidárias. Se você for ler com cuidado o regimento interno da Câmara dos Deputados, você vai entender perfeitamente por que há uma guerra para pertencer à mesa diretora, porque ali está o poder da Câmara, junto com o colégio de líderes. Se dizia muito 'Ah, mas o Plenário está sempre vazio'. E sabe por quê? Porque lá não se decide nada, salvo algum projeto de lei muito polêmico. 90% [dos projetos] são decididos nas comissões, no colégio de líderes. Então nós temos uma democracia que tem uma concentração de poderes muito forte. Democratizar a democracia, como fala o Boaventura de Sousa Santos, é fazer com que mais gente participe da tomada de decisão, é trazer para dentro dos partidos os militantes partidários, é trazer para dentro da tomada de decisão mais deputados. 70% dos deputados no Brasil não têm poder nenhum. A democratização da democracia é fundamental. Mas o que nós estamos vendo na última década no Brasil é o contrário, é o afunilamento da tomada de decisão por algumas posições políticas. E isso precariza a democracia, faz com que lá pelas tantas o Judiciário tenha uma postura política muito maior do que ele deveria ter. Ele deveria ser uma corte de Justiça, e se torna uma corte política. As instituições estão embaralhadas no Brasil. Elas têm que se desembaralhar.

ESSA 'DEMOCRATIZAÇÃO DA DEMOCRACIA' É POSSÍVEL DE SER FEITA NOS MOLDES DO NOSSO SISTEMA DEMOCRÁTICO COMO ELE É HOJE? SERIAM NECESSÁRIAS NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO OU ELAS JÁ EXISTEM, SÓ PRECISAM SER COLOCADAS EM PRÁTICA?

Todo cientista político no Brasil tem uma reforma política ideal na cabeça. Eu particularmente acho que reformas políticas não resolvem nada, embora nós possamos pensar em algumas melhorias. Não é por falta de arcabouço institucional que a democracia brasileira funciona melhor ou pior. A partir do ano da Constituição ela funcionou melhor ou pior com as mesmas instituições, de acordo com

o acordo político que foi feito pelos diversos governantes. Eu acho importante enfatizar que há gargalos. A questão das listas partidárias é um grande gargalo na democracia brasileira; o Congresso Nacional para mim é descolado da realidade e das grandes lutas brasileiras. Eu entendo que não é uma grande reforma política que vai mudar a democracia brasileira. Acho que talvez algumas coisas poderiam ser melhoradas.

POR EXEMPLO?

Eu acho a questão das listas partidárias fundamental. Eu inclusive sou a favor da lista partidária fechada. Fechada e democraticamente organizada. Eu acho que uma coisa que tem que ficar clara para a maioria das pessoas é que uma grande parte dos deputados que estão na Câmara de Deputados não estão lá pelos seus votos. Têm muitos deputados e deputadas que tiveram muito mais votos do que as pessoas que estão lá e não foram eleitas. Aí você vai dizer: 'mas isso é uma injustiça'. Não, porque apesar de nós votarmos em pessoas, as pessoas vão ou não para o Legislativo pelo número de votos que o partido teve. O Enéas Carneiro, quando foi eleito, levou um monte de gente atrás dele porque o partido teve um monte de votos. Em uma lista fechada, como existe, por exemplo, na Argentina e no Uruguai, você vota na lista. O partido faz uma lista e você vota na lista. Os eleitos serão os primeiros da lista que o partido organizou. A questão é como essa lista vai ser organizada. Essa lista deve ser organizada de uma forma democrática, por exemplo, uma lista que alterne homens e mulheres, em que a população negra e parda esteja representada. Agora, a lista fechada só é democrática se ela for democraticamente montada.

“

O QUE NÓS ESTAMOS VENDO COM O NEOLIBERALISMO, EM VÁRIOS PAÍSES, É UM AUMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL.

HÁ UMA RELAÇÃO BASTANTE GRANDE ENTRE DIMINUIÇÃO DA DEMOCRACIA, INCLUSIVE DOS VALORES DEMOCRÁTICOS, COM AUMENTO DA DESIGUALDADE”

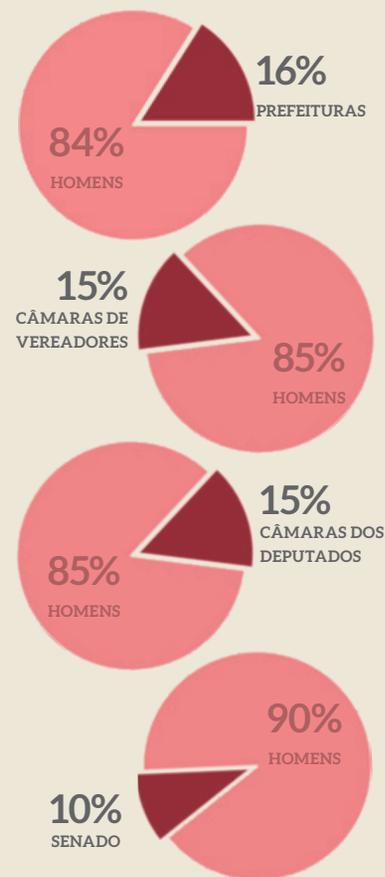
Se for feita por cinco pessoas dentro de uma sala será pior a emenda que o soneto. Então essa é uma questão importante que tem que ser modificada. É impossível uma democracia como a brasileira que tem 513 deputados, e entre eles só 71 mulheres. E se for consultar o nível de escolaridade dos deputados brasileiros, quase 90% têm nível superior, enquanto na população geral apenas 14%. Então nós sabemos que quem está lá é uma elite que não tem nada a ver com a população. É um desequilíbrio.

EM 2022, O CÓDIGO ELEITORAL DE 1932, QUE FOI O PRIMEIRO CÓDIGO QUE PERMITIU QUE AS MULHERES VOTASSEM E FOSSEM VOTADAS, COMPLETOU 90 ANOS. MAS COMO VOCÊ LEMBROU, PERMANECE BASTANTE BAIXO O PERCENTUAL DE MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER. O QUE DETERMINA ESSE CENÁRIO E EM QUE MEDIDA ESSA FALTA DE PARIDADE É UMA LIMITAÇÃO DO NOSSO REGIME DEMOCRÁTICO? QUAIS AS MEDIDAS QUE DEVEM SER ADOTADAS PARA MUDAR ESSE QUADRO?

Esse quadro é extremamente complicado: apenas 16% das cidades do país são governadas por prefeituras; 15% das vereadoras são mulheres, 15% da Câmara dos Deputados e 10% do Senado. Isso tem sido discutido pelas feministas, pelas mulheres envolvidas com a questão da representação política das mulheres desde a década de 1970. É interessante que os movimentos feministas sempre foram muito políticos. Se nós pegarmos o primeiro movimento feminista no mundo, que foram os movimentos das sufragistas nos Estados Unidos e na Inglaterra, o que elas queriam era votar e serem votadas. O primeiro movimento aqui no Brasil foi também um movimento das sufragistas liderado por Bertha Lutz, que queria votar e serem votadas, como conseguimos no Código Eleitoral de 1932. A Constituição brasileira garante muitos direitos para as mulheres, e há toda uma presença política muito grande das mulheres que não se concretiza nas eleições, por várias razões. Há uma lei que garante 30% das mulheres nas listas partidárias, há uma lei que garante 30% do fundo partidário para as candidaturas de mulheres. Há uma série de normas, de leis, que foram lutas muito fortes. Entretanto o Brasil está no 144º lugar entre 192 países na representação de mulheres no Parlamento. Na América Latina ele só está na frente do Haiti. Nós temos uma situação extremamente desigual. Isso também acontece em relação aos negros e negras, embora eu não tenha esses dados, porque eu estudo a questão de mulheres no Parlamento. Mas quais são as causas? Primeiro, há uma dificuldade imensa das mulheres dentro dos seus partidos políticos. Se a gente for entrevistar as mulheres dentro dos partidos, de todo o espectro ideológico, as mulheres sempre vão dizer que a posição delas é muito difícil, porque não basta estar numa lista.

Os partidos escolhem quem eles vão eleger. Cada partido político sabe mais ou menos o número de deputados que vai conseguir colocar no Congresso Nacional, e ele que escolhe essas pessoas. As mulheres têm imensa dificuldade de ter apoio dos partidos. Eles são muito oligárquicos, machistas, misóginos. E tem um pensamento perverso que é incutido na sociedade que diz 'ah, se coloca candidatas-laranjas nas chapas porque as mulheres não estão interessadas'. As mulheres não estão interessadas porque não dão espaço para elas. Uma pessoa que tem uma carreira como professora, como advogada, como médica, como líder de um movimento social em um bairro, em uma comunidade pobre, por que ela vai se candidatar se ela sabe que não vai ter nenhum tipo de apoio do partido? Então há uma falta de vontade política dos partidos políticos de trazerem as mulheres para dentro. Por outro lado, nossa sociedade é muito conservadora e machista. As mulheres, independentemente de sua classe social, da sua etnia, da sua raça, elas são ainda as gerentes da casa. Eu sempre dou um exemplo: supondo um homem de 40, 45 anos, com dois filhos, um de seis e outro de quatro, que é deputado federal e mora em uma cidade como Uruguaiana, muito longe de Porto Alegre. Ele sai de casa segunda-feira, pega o avião terça, vai pra Brasília, sexta-feira ele volta de Brasília, vai pra Uruguaiana, dá um beijo nos filhos, e volta pra Brasília na próxima semana. Põe uma mulher nessa posição. Se ela tem dois filhos ela não vai sair de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, ou de qualquer outra cidade, ou mesmo da capital, e passar

A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA EM NÚMEROS



seis dias fora da sua casa em Brasília sendo deputada. Então para um país que tem essa dimensão continental isso é uma questão importante. Mas isso se repete também no município, onde a mulher às vezes precisa atravessar a rua para ir até a Câmara Municipal. E ali também tem poucas mulheres. O mundo político é um dos últimos espaços de poder masculino, então é muito difícil. Uma possibilidade é fazer uma lei que se garanta cadeiras, que é como se fez no México, onde 50% das 513 cadeiras da Câmara de Deputados são ocupadas por mulheres. Isso é uma lei muito radical para a nossa tradição política, mas é possível. Existem vários países europeus que fazem isso. Não é 30% na lista partidária, mas 30% das cadeiras.

Ou se faz listas alternativas de mulher e homem. Do contrário nós vamos levar muito tempo para conseguir chegar a uma paridade que no México se chegou nas últimas eleições. Na Argentina 40% da Câmara de Deputados são mulheres, no México é 50%.

VOCÊ CITOU BREVEMENTE A QUESTÃO DA SUB-REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS PRETAS E PARDAS TAMBÉM, QUE SÃO MAIS DA METADE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, MAS AINDA PERMANECEM POUCO REPRESENTADAS NA NOSSA DEMOCRACIA...

São pouquíssimo representadas. Até porque a população negra ainda tem um outro problema: ela está concentrada nas camadas mais pobres da população. Há um elitismo muito grande na escolha dos candidatos, além de todo o preconceito, de todo o racismo estrutural que nós temos no país. Então tem mais essa dificuldade para chegar a um partido, chegar a uma lista partidária, e se eleger.

“

AS MULHERES TÊM IMENSA DIFICULDADE DE TER APOIO DOS PARTIDOS. ELES SÃO MUITO OLIGÁRQUICOS, MACHISTAS, MISÓGINOS”

O PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL FOI MARCADO POR MOBILIZAÇÕES SOCIAIS QUE AJUDARAM A CONFIGURAR UMA CORRELAÇÃO DE FORÇAS QUE ACABOU INFLUENCIANDO O DEBATE CONSTITUINTE NO SENTIDO DE AMPLIAR OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NO PAÍS. MAIS DE 30 ANOS APÓS A PROMULGAÇÃO DA ‘CONSTITUIÇÃO CIDADÃ’, NO ENTANTO, É POSSÍVEL CONSTATAR QUE MUITO DO QUE ELA PROPUNHA NÃO SAIU DO PAPEL. QUAIS OS PRINCIPAIS AVANÇOS QUE VOCÊ CONSIDERA QUE A CONSTITUIÇÃO DE 1988 CONSEGUIU IMPLEMENTAR NO SENTIDO DE AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA E QUAIS OS PRINCIPAIS ENTRAVES PARA SUA EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO?

Me parece que a Constituição brasileira é muito interessante, o problema são os ‘penduricalhos’ que fizeram ao longo desses 34 anos. Se nós começarmos a limpar a Constituição das emendas constitucionais - não digo todas, possivelmente algumas são importantes - nós temos uma constituição bastante boa. Ela é uma constituição que garante o SUS, que garante educação

gratuita, que garante direitos sociais, direitos para as crianças, para idosos. A constituição brasileira é menosprezada. Mas se o SUS não estivesse na Constituição ele não existiria mais. O problema é a facilidade com que hoje está se fazendo emendas. Vinte anos atrás aprovar uma emenda constitucional era um momento grave no país, era um momento de reflexão; agora a gente dá uma piscada, liga a televisão e tem uma nova emenda constitucional aprovada. Então era uma constituição bastante robusta em termos democráticos, tem garantias muito importantes a serem preservadas. Acho que temos de depurar a nossa constituição, limpar um pouco essa quantidade imensa de emendas constitucionais que agora estão sendo feitas no atacado.

UM DOS PRINCIPAIS DEBATES EM CURSO ATUALMENTE NA TEORIA POLÍTICA TEM SE DADO EM TORNO DA CRISE DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS NO INÍCIO DO SÉCULO 21. O QUE CARACTERIZA ESSA CRISE?

Se nós olharmos historicamente vamos ver que não houve democracia até aqui sem capitalismo. Houve muitos capitalismo sem democracia. Do século 19 para cá houve momentos em que o capitalismo não aguentou a democracia, nos quais a democracia - ou seja, direitos iguais para todos, liberdade de expressão, liberdade de informação, a incerteza do resultado eleitoral, porque o resultado eleitoral sempre é uma incerteza - bateu de frente com os interesses do capitalismo. Nós temos atualmente um pensamento conservador de extrema direita que se expressa na Europa, que se expressa nos Estados Unidos e também na América Latina, no Brasil, que tem claro que para manter um regime neoliberal, que é classicamente promotor de desigualdade social, não se pode manter um regime democrático. Nós temos uma ‘direitização’ no mundo que me parece um achatamento da democracia, e que está muito em acordo com o mundo neoliberal do capitalismo. Nesse momento, a sensação é que há todo um pensamento no chamado Ocidente e suas franjas, de que há democracia demais. Tem teóricos da economia que dizem que o capitalismo não pode se desenvolver com democracia demais, ou seja, com distribuição de renda. Na minha perspectiva há um desafio muito grande a enfrentar, e esse desafio é a incapacidade do neoliberalismo, ou seja, da atual fase do capitalismo, de conviver com a democracia. ●

O ano de 2022 marca não apenas as eleições presidenciais no Brasil, mas também os 90 anos de criação da Justiça Eleitoral e da conquista das mulheres de votarem e serem votadas. Instituído por meio de um decreto emitido em 24 de fevereiro de 1932, o primeiro Código Eleitoral brasileiro, que também previa o alistamento obrigatório e o voto secreto, é o grande marco dessas mudanças. É este documento que instituiu o Tribunal Superior Eleitoral, o TSE, como órgão máximo da Justiça Eleitoral. Naquele momento, o desejo de novas regras estava nas ruas, seja nas articulações das sufragistas pelo voto feminino, seja no chamado movimento tenentista, que apoiou a mobilização política que impediu a posse de Júlio Prestes em 1930 e pôs fim à República Velha, ou República das Oligarquias. O período foi marcado por muitas fraudes e pouca transparência no processo eleitoral, o que favorecia a eleição dos mesmos grupos ligados aos grandes produtores rurais de São Paulo e Minas Gerais. Não à toa, a República Velha também é conhecida como período 'café com leite', em referência às principais produções agrícolas dos dois estados.

É nesse contexto que, em 20 de maio de 1932, foi criado o TSE e, nas semanas seguintes, começaram a funcionar os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), responsáveis pela administração do processo eleitoral nos estados e municípios. Mas o que parecia o início de um período democrático, logo sofreu um revés e, somente em 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra tomou posse após uma eleição presidencial organizada pelo TSE. Em 1934, Getúlio Vargas foi eleito por uma Assembleia Constituinte, formada por deputados eleitos pelo voto popular. A eleição direta estava prevista para 1938, mas, um ano antes, Vargas iniciou uma ditadura que durou até 1945, período também conhecido como Estado Novo. Entre 1937 e 1945, o Congresso Nacional foi fechado e a

Justiça Eleitoral parou de funcionar. Algo semelhante ocorreu durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985), quando as eleições para presidente e governadores foram suspensas. As eleições eram feitas de forma indireta sem a participação da Justiça Eleitoral e não havia liberdade de organização partidária.

Paolo Ricci, professor da Universidade de São Paulo (USP), entende que o valor do voto mudou ao longo das décadas no Brasil. "O voto era a expressão de uma relação de reciprocidade local, entre chefes locais e 'seus' eleitores [até a primeira metade do século 20]. Hoje em dia, como o voto é secreto e o eleitor é livre, a questão é mais sobre como persuadir os eleitores. Nesse sentido, as mídias sociais são uma forma importante para isso. Resquícios de práticas abusivas (como o suborno) e pressões podem existir (como em comunidades sob controle das milícias), mas eu diria que na grande maioria do Brasil o voto é livre", argumenta.

O Código Eleitoral em vigência é o quinto elaborado desde 1932 e foi promulgado em 1965, durante a ditadura empresarial-militar. Entre as principais mudanças desse Código estão a criação da Corregedoria-Geral do TSE e o voto no exterior para presidente da República. Desde então, algumas determinações previstas ali foram atualizadas, como o veto ao voto dos analfabetos, autorizado pela Constituição Federal de 1988. Outro avanço da Carta Magna, apontado pela professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Rachel Meneguello, é a liberdade de organização partidária. A professora destaca também a Lei 9.504, de 1997, para regulamentar as eleições, já que, até então, cada uma era feita de uma forma diferente. "É essa lei que define, por exemplo, as regras da propaganda eleitoral, o número dos candidatos e a punição para os eleitores que não forem votar", enumera. É essa lei também que prevê, pela primeira

vez, o mínimo de 30% de mulheres entre as candidaturas, uma proporção que foi regulamentada pela Lei 12.034 de 2009. A fiscalização e o monitoramento do cumprimento dessas e de outras normas relativas ao processo eleitoral estão entre as principais atribuições do TSE.

Atribuições atuais

Para as eleições de 2022, 156 milhões de eleitores poderão ir às urnas ou justificar sua ausência da votação. E o processo eleitoral vai muito além dos dias de votação. O TSE é o órgão máximo da Justiça Eleitoral e atua junto aos Tribunais Regionais Eleitorais. Sua composição é regulamentada atualmente pela Constituição de 1988. A Corte Eleitoral é formada por sete ministros com mandatos que duram dois anos, para assegurar a idoneidade das eleições, e que são indicados por outros setores do Judiciário: o Supremo Tribunal Federal (STF) indica três nomes entre os ministros do órgão e é a um deles que cabe à presidência do TSE; o Superior Tribunal de Justiça (STJ) indica mais dois, e os outros dois representantes são advogados "com notável saber jurídico e idoneidade", indicados também pelo STF.

As atribuições do Tribunal Superior Eleitoral estão divididas em quatro áreas: jurisdicional, regulatória, consultiva e administrativa. A primeira diz respeito ao julgamento de processos eleitorais e funciona como os demais tribunais do país. Os tribunais (regionais e superior) são responsáveis por julgar situações de descumprimento da legislação eleitoral, como compra de votos, boca de urna, divulgação de informações falsas e acusações de crimes na prestação de contas de partidos e candidatos, entre outras. Em matéria publicada em 27 de julho de 2022, o jornal O Globo mostra que os Tribunais Regionais de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro cassaram 17 candidaturas de vereadores devido a inclusão

de mulheres que nem sabiam que seriam candidatas, apenas para que os partidos cumprissem à cota mínima de 30% de candidatas mulheres. É do TSE a responsabilidade da decisão final sobre a cassação dessas candidaturas, caso os envolvidos no processo entrem com recurso para que a situação seja avaliada em última instância.

Já as atividades regulatórias são consideradas “atípicas” pelo Poder Judiciário, mas necessárias para que a legislação possa ser executada em seus detalhes. “Nós devemos um estrito e importante respeito à legislação eleitoral aprovada pelo Legislativo, mas a gente precisa executar essa lei dentro dos contextos e das especialidades locais ou regionais. Então existe essa competência regulamentar, que fica a cargo da coordenação do TSE, que, em geral, emite resoluções que são editadas a cada novo pleito, de dois em dois anos, para que as eleições possam acontecer da forma mais íntegra possível”, explica a secretária-geral do TSE, Christine Peter da Silva. São essas resoluções que detalham as etapas de fiscalização e auditoria das eleições, bem como um calendário de todas as etapas do processo.

O próprio site do TSE informa que o Poder Judiciário não é um órgão de consulta, mas em algumas situações a função consultiva é acionada para permitir pronunciamento do órgão sem caráter de decisão judicial sobre questões apresentadas “em tese”, que sejam abstratas e impessoais sobre o processo eleitoral. As consultas podem ser feitas por autoridades públicas, tribunais regionais e partidos políticos, mas não podem tratar de questões específicas ou situações concretas. “O TSE é um órgão consultivo para elucidar questões importantes que digam respeito ao processo eleitoral, alguma dúvida em relação à aplicação de uma determinada regulamentação eleitoral ou de uma obrigação eleitoral”, explica a secretária-geral.

As funções administrativas são aquelas mais próximas do cotidiano dos eleitores e as que eles podem acompanhar mais facilmente, até porque são as que englobam a gestão das eleições, o que compreende desde o registro de candidaturas e eleitores, análise e fiscalização da prestação de contas dos candidatos, convocação e treinamento de mesários, apuração dos votos, divulgação dos resultados e diplomação dos eleitos. De acordo com o artigo 96 da Constituição Federal, os tribunais possuem autonomia administrativa para realizar suas atividades, o que, de acordo com Paolo Ricci, é um “preceito fundamental para a garantia das eleições livres”.

Voto eletrônico

A substituição da votação em papel pela urna eletrônica começou nas eleições municipais de 1996 e transformou a forma de contagem de votos e a segurança das eleições. “As urnas eletrônicas vêm resolver um problema de falta de integridade, principalmente na totalização dos votos das urnas de papel”, diz Christine. Em documento divulgado em 2022 pela Comissão de Transparência das Eleições (CTE), o TSE detalha a segurança do sistema adotado. O Tribunal utiliza um único sistema destinado a armazenar e somar os votos baseado em software livre. No ano anterior às eleições, esse sistema começa uma nova bateria de testes para atestar a confiabilidade do processo. Uma vez lacrado, somente uma nova cerimônia pública poderá alterar dados no programa. O principal teste público das urnas para as eleições de 2022 foi realizado entre os dias 22 e 27 de novembro de 2021. Nos dias de pleito, no primeiro e segundo turnos, novas urnas serão auditadas em todo o Brasil por amostragem. Essa conferência é feita após a votação.

Para maior confiabilidade do processo, o TSE disponibiliza o có-

Desafios na participação das mulheres

Se as mulheres hoje formam 53% das eleitoras do país, após 90 anos da conquista do voto feminino, a participação no Executivo e Legislativo ainda é pequena. De acordo com dados do TSE, o percentual mínimo de candidaturas de mulheres está sendo respeitado, mas está muito próximo a 30%. Já o ranking de participação política feminina, elaborado pela organização dos parlamentos nacionais — IPU Parline, mostra que o Brasil está no final da lista de representatividade feminina na Câmara e no Senado. De acordo com o ranking de julho de 2022, que inclui 182 países, o Brasil ocupa a 144ª posição. No país, as mulheres representam apenas 15% das deputadas e 17% das senadoras. De acordo com dados do próprio TSE, as mulheres ocuparam 266 cadeiras no Legislativo desde a eleição de 1933, a primeira em que as mulheres podiam votar e se candidatar. Uma das dificuldades para a ampliação da participação feminina é a falta de repasses de recursos financeiros para custear as candidaturas de mulheres. Um cenário que pode mudar com a aprovação da Emenda Constitucional 117, de 2022, que prevê a destinação de 30% dos recursos do Fundo Eleitoral para campanhas de candidaturas femininas.

digo fonte para as entidades fiscalizadoras que o solicitarem — o que inclui partidos políticos, órgãos públicos e privados, entre eles Forças Armadas e Tribunal de Contas da União (TCU), a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e departamentos de tecnologia da informação de universidades credenciadas junto ao TSE. Ao usar o mesmo código, as entidades podem conferir se o programa é eficaz em armazenar e contabilizar os votos. O mesmo documento da CTE informa que, desde 2016, a Justiça Eleitoral disponibiliza um QRCode para cada boletim de urna (BU), o relatório de todos os votos computados naquela máquina e o aplicativo “BU na Mão” para fazer essa leitura. A novidade para 2022 é que os boletins serão divulgados em tempo real para que qualquer interessado possa fazer essa conferência. Desde 2020, atendendo a uma recomendação da Polícia Federal, o TSE centraliza a totalização dos votos em um espaço chamado sala-cofre localizado nas dependências do Tribunal Superior. Mesmo com inúmeros parceiros, é o TSE quem assegura a legitimidade das eleições. “O TSE é o responsável constitucional por gerenciar, executar e dar o resultado final das eleições, ou seja, dizer quem efetivamente foi o eleito”, diz Christine. ●

200 Anos da Independência

Am acordo entre pai e filho. Essa é a versão simplista da Independência do Brasil, ocorrida em 1822, que marca a saída de Dom João VI do país e a entrega do comando ao seu filho Dom Pedro I. No entanto, não foram poucas as pressões internas para que houvesse uma maior abertura da economia à elite agrária e revoltas que pediam melhores condições de vida e o fim da escravidão. O movimento popular mais lembrado do período ocorreu pouco mais de duas décadas antes da Independência: a Revolução dos Alfaiates, em 1798. Também conhecida como Conjuração Baiana, o movimento foi inspirado na Revolução Francesa e Haitiana e exigia não só a separação de Portugal, mas o fim da escravidão e igualdade de direitos entre toda a população. A abolição da escravidão, no entanto, só se tornaria lei em 1888, mais de 60 anos após a Independência. No contexto regional, a maioria dos países da América do Sul deixaram de ser colônias e se tornaram repúblicas alguns anos antes de o Brasil se tornar um império. Já a abertura econômica exigida pelas elites do país avançou em parte com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, e a abertura dos portos às nações amigas, um incentivo para o aumento das relações comerciais da colônia. E, embora a posse de Dom Pedro I como Imperador tenha como marco o 7 de setembro de 1822, as tropas portuguesas só foram definitivamente expulsas em 2 de julho do ano seguinte, após quase um ano e meio de lutas na Bahia.

EXPOSIÇÃO



**MANGUINHOS
DE MUITAS
MEMÓRIAS**

HISTÓRIAS DOS TRABALHADORES TÉCNICOS DA FIOCRUZ

Exposição virtual com o propósito de estabelecer um lugar de memória para os primeiros trabalhadores técnicos, os antigos auxiliares de laboratório, que atuaram nos primeiros 30 anos de existência da Fiocruz.

ACESSE:

www.expomemorias.epsjv.fiocruz.br

